

**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

MONIKE BAYMA MARQUES

**CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE DA LICENCIATURA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DA UFAL (2006-2018)**

RECIFE

2021

MONIKE BAYMA MARQUES

**CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE DA LICENCIATURA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFAL (2006-2018)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Fundação Joaquim Nabuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Práticas de ensino e conteúdos curriculares

Orientador(a): Dra. Cibele Maria Lima Rodrigues

Co-orientador: Dr. Cristiano das Neves Bodart

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Fundação Joaquim Nabuco - Biblioteca)

M357c Marques, Monike Bayma

Currículo e formação docente da Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL (2006-2018)/Monike Bayma Marques. Recife: O Autor, 2021.

75 p. il.:

Orientadora: Prof^a Dra. Cibele Maria Lima Rodrigues

Coorientador: Dr. Cristiano das Neves Bodart

Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional -ProfSocio, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2021

Inclui bibliografia

1. Educação. 2. Formação. 3. Currículo. 4. Ciências Sociais. I. Rodrigues, Cibele Maria Lima, orient. II. Bodart, Cristiano das Neves, coorient. III. Título

CDU: 371.214.1:3 (813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Monike Bayma Marques

Currículo e Formação Docente da Licenciatura de Ciências Sociais da UFAL (2006-2018)

Trabalho aprovado em 19 de fevereiro de 2021 em banca online.

BANCA EXAMINADORA COM PARTICIPAÇÃO A DISTÂNCIA

Profª Dra. Cibele Maria Lima Rodrigues

Orientador(a)/ Examinador Interno – ProfSocio/ Fundaj

Profª Dra. Darcilene Claudio Gomes

Examinador Interno – ProfSocio/Fundaj

Prof. Dr. Gustavo Gilson Sousa de Oliveira

Examinador Externo - UFPE

AGRADECIMENTOS

Com muita satisfação, venho agradecer ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Universidade Federal do Ceará. Em especial a instituição associada Fundação Joaquim Nabuco/Fundaj por ter me proporcionado dois anos de aprimoramento e descoberta de novos conhecimentos relacionados ao Ensino de Sociologia voltados ao Ensino Médio. Agradecer a todo corpo docente e a estrutura oferecida por essa instituição.

Em especial a professora Cibele Maria de Lima Rodrigues pelo apoio diante de tantos percalços vividos ao longo desses dois anos. A professora Darcilene Cláudio Gomes pela atenção dada desde a discussão das primeiras ideias.

Agradeço ao professor Cristiano das Neves Bodart pelo trabalho de co-orientação e ao grupo de Pesquisa ConsCiências Sociais pelas discussões em torno do conhecimento sobre o ensino de Sociologia no nível médio. Agradeço também ao GEPED – Grupo de Pesquisa e Estudos sobre docência – que ao longo do ano de 2020 trocamos conhecimentos e experiências em meses tão difíceis ao longo do tempo de pandemia de Covid-19.

Agradeço ao corpo docente da Universidade Federal de Alagoas em especial aos professores que estiveram na fundação do curso e que participaram da minha formação inicial e foram colaboradores com esse trabalho.

Agradeço ao povo recifense, povo que me acolheu ao longo dos dois anos, em especial aos meus colegas de turma que tanto me ajudaram durante minha estadia nessa cidade que sinto agora também como a minha casa.

Agradeço ao amigo Esdras de Moraes que tanto me ajudou desde o processo seletivo ao término do curso. Sem seu apoio talvez não teria conseguido.

Dedico este trabalho à minha filha Milena Letícia Bayma Leite, razão primeira de todo o esforço.

EPÍGRAFE

“De todas, a preocupação comum – e esse é o escopo do ensino da Sociologia na escola secundária – é estabelecer um conjunto de noções básicas e operativas, capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social, mas que lhe ensine técnicas e lhe suscite atitudes mentais capazes de levá-lo a uma posição objetiva diante dos fenômenos sociais, estimulando-lhe o espírito crítico e a vigilância intelectual que são social e psicologicamente úteis, desejáveis e recomendáveis numa era que não é de mudança apenas, mas de crise, crise profunda e estrutural”

(Florestan Fernandes)

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral investigar o processo de formação docente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL, buscando entender a sua trajetória de construção curricular. Para tanto, foi utilizada como referência os estudos pós-críticos de currículo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que pode ser caracterizada como histórica e que tomou-se como base a análise de documentos - das chamadas "grades curriculares" e os três projetos político-pedagógicos existentes desde a fundação do curso de forma específica (2006-2011, 2012-2017 e 2018 até os dias atuais). Ressalta-se que o referido curso é o único responsável pela formação dos professores de Sociologia que atuarão no ensino médio no estado. Na análise histórica, conclui-se que o fato de ingressarem docentes com formação específica em Licenciatura em Ciências Sociais fez com que fossem inseridos conteúdos programáticos que possibilitam maior integração entre teoria social e prática de ensino (buscando sanar uma lacuna na formação que era muito teórica e com poucos elementos de transposição didática). Essa mudança também está em sintonia com o contexto nacional de reinserção da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio e do campo de saber que foi constituído (inclusive na criação de encontros, publicações, entre outros). Considera-se que o curso iniciou em 2006 porque houve uma separação oficial, com projeto e grade curriculares específicas, antes a licenciatura era uma "modalidade" opcional do curso. Em relação ao primeiro projeto de curso, em 2006, tem-se como contexto um quadro de docentes que não tinham formação específica em Licenciatura e uma discussão em torno da formação para a cidadania (uma formação crítica, desnaturalizando as desigualdades). Esse também era o contexto do início do governo Lula, no qual essa questão está no centro dos debates. No segundo projeto (2012), a cidadania permanece, mas a tônica está relacionada com os direitos humanos e relações de poder, incluindo o debate das diversidades culturais, da sexualidade e meio ambiente - incorporando a legislação vigente. Inclui a disciplina sobre a profissão docente que se mantém no projeto seguinte, amplia o leque das disciplinas no campo educacional. O terceiro projeto (2018) é elaborado em um contexto de retrocessos políticos - do golpe e a contra-reforma do ensino médio que diminui a importância da Sociologia. Esse projeto busca atender a uma resolução do Conselho Nacional de Educação (n. 2/2015). O texto mantém as questões anteriores e reforça a formação crítica diante das desigualdades, a necessidade de formação interdisciplinar. Chama a atenção a inclusão de disciplinas de práticas de ensino a partir do segundo semestre e que se mantém até o final (exigido na legislação), mas também a inclusão de outras disciplinas do campo educacional.

Palavras-chave: Currículo. Formação Docente. Ciências Sociais.

ABSTRACT

The research had as a general objective to investigate the process of teacher education in the Licentiate Degree in Social Sciences at UFAL, seeking to understand their trajectory of curriculum construction. For this purpose, post-critical curriculum studies were used as a reference. This is a research with a qualitative approach, which can be characterized as historical and which was based on the analysis of documents - the so-called "curriculum grids" and the three political-pedagogical projects existing since the foundation of the course. specific (2006-2011, 2012-2017 and 2018 to date). It is noteworthy that this course is solely responsible for the training of sociology teachers who will work in high school in the state. In the historical analysis, it can be concluded that the fact that professors with specific training in a Licentiate in Social Sciences joined led to the inclusion of syllabus that enable greater integration between social theory and teaching practice (seeking to remedy a gap in training that was very theoretical and with few elements of didactic transposition). This change is also in line with the national context of reinsertion of the obligatory nature of Sociology in High School and the field of knowledge that was created (including the creation of meetings, publications, among others). It is considered that the course started in 2006 because there was an official separation, with a specific project and curriculum, before the degree was an optional "modality" of the course. Regarding the first course project, in 2006, the context is a framework of teachers who had no specific training in Licentiate and a discussion around training for citizenship (a critical training, denaturalizing inequalities). This was also the context of the beginning of the Lula government, in which this issue is at the center of debates. In the second project (2012), citizenship remains, but the focus is related to human rights and power relations, including the debate on cultural diversities, sexuality and the environment - incorporating current legislation. Includes the subject on the teaching profession that is maintained in the next project, expands the range of subjects in the educational field. The third project (2018) is designed in a context of political setbacks - the coup and the counter-reform of secondary education that diminishes the importance of sociology. This project seeks to comply with a resolution of the National Education Council (n. 2/2015). The text maintains the previous questions and reinforces critical training in the face of inequalities, the need for interdisciplinary training. The inclusion of teaching practice subjects from the second semester onwards and which remains until the end (required by legislation) is noteworthy, but also the inclusion of other subjects in the educational field.

Keywords: Resume. Teacher Training. Social Sciences

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDU - Centro de Educação

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ICS - Instituto de Ciências Sociais

USP - Universidade de São Paulo

EPB - Estudo dos Problemas Brasileiros

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

DOU - Diário Oficial da União

EAD - Educação à Distância

CNE - Conselho Nacional de Educação

URJ - Universidade do Rio de Janeiro

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP - Projeto Político Pedagógico

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

MEC - Ministério da Educação

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

CONSUNI - Conselho Universitário

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

SISU - Sistema de Seleção Unificada

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Docentes Licenciatura – UFAL/SEXO

Quadro 2 - Docentes Licenciatura UFAL/TITULAÇÃO

Quadro 3 – Docentes Licenciatura UFAL/FORMAÇÃO INICIAL

Tabela 1 – Categorias de teorias/conceito

Tabela 2 – Cronologia dos marcos fundamentais da teoria educacional crítica/teoria crítica sobre currículo.

Tabela 3 – Disciplinas da primeira proposta curricular do curso de Ciências Sociais.

Tabela 4 – Ordenamento Curricular do curso de Ciências Sociais – Licenciatura por período – Projeto Político Pedagógico 2006.

Tabela 5 - Ordenamento Curricular do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura por período – Projeto Político Pedagógico 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	16
1.1. Uma reflexão sobre Currículo e Formação docente.....	16
1.2. Métodos e etapas de trabalho.....	23
2.AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES E A CRIAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	25
2.1. As primeiras universidades.....	25
2.2. A criação do curso de Ciências Sociais na UFAL	27
3.O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CURSO DE LICENCIATURA DA UFAL	33
3.1.O Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura no ano de 2006.....	33
3.2. O Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura no ano de 2013	41
3.3.O Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura no ano de 2018	47
3.4.O perfil e a fala dos docentes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	69
ANEXOS	71

INTRODUÇÃO

O Ensino de Sociologia tem se constituído como campo de estudo que tem se fortalecido ao longo dos anos, principalmente, com a introdução da obrigatoriedade disciplina de Sociologia nos currículos do Ensino Médio, a partir de 2008, com a lei 11684/2008. Dentro desse contexto, uma preocupação se dá no que diz respeito à formação dos professores de Sociologia que irão atuar na educação básica.

Nesse sentido, a intenção de tratar a temática desta pesquisa originou-se pelas expectativas vivenciadas quando aluna do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas e as angústias sentidas ao tornar-me professora. Quando aluna, presenciei contrastes entre os cursos de Bacharelado e Licenciatura e percebi uma maior valorização dada ao Bacharelado, embora o mercado de trabalho em Alagoas tendia a absorver com maior facilidade os formados em Ciências Sociais para as atividades voltadas ao magistério. Nesse período em Alagoas, apesar de não haver obrigatoriedade da disciplina, a Sociologia já fazia parte do currículo em algumas escolas de ensino médio. Então, para atuar como professor nesse segmento, ser licenciado em Ciências Sociais era um diferencial visto que profissionais de outras áreas atuavam na disciplina.

Desde sua criação em 1994, até 2006 no curso de Ciências foram feitas várias reformulações na oferta das disciplinas, mas nada que mudasse a lógica tradicional da formação acadêmica centrada no bacharelado, o que caracterizava uma hierarquização entre atividades de pesquisa e atividades de ensino, entre graduação e pós-graduação. Durante muitos anos, a grade curricular do curso foi estruturada por áreas de concentração ou ênfase. A partir do terceiro ano se deveria optar por cursar umas das três áreas de concentração (Antropologia, Sociologia ou Ciência Política).

Ingressei no curso no começo dos anos 2000, apenas 6 anos após sua fundação em 1994. Nessa época o curso oferecia as duas habilitações de forma simultânea. Cursávamos inicialmente o Bacharelado (os três primeiros anos) e depois, no último ano, cursávamos apenas quatro disciplinas, oferecidas pelo Centro de Educação (CEDU-UFAL) para completar a formação em licenciatura. As disciplinas Didática Geral com 120 h/aulas, Psicologia Social com 80h/aulas, Estrutura e funcionamento da educação básica com 120h/aulas e Psicologia da Educação com 120h/aulas, nos habilitavam ao magistério.

No decorrer do curso, havia certo incômodo, por mim e parte dos colegas, no sentido de perceber que tais disciplinas não seriam suficientes e, conseqüentemente, não nos davam segurança para nossa atuação como professores, visto que os conteúdos das disciplinas não nos davam subsídios para a realidade concreta da sala de aula enquanto professores e professoras de Sociologia. Não havia uma estruturação no conteúdo dessas disciplinas voltados especificamente ao ensino da Sociologia para o ensino médio, nessa época sequer discutíamos mecanismos de transposição didática dos conteúdos de Sociologia para esse segmento de ensino. Nesse contexto, também o corpo docente das disciplinas específicas do curso de Ciências Sociais não tinham preocupação com uma metodologia específica de formação para futuros professores de Sociologia para o ensino médio. Aliado a isso, naquela época, grande parte do quadro docente permanente havia sido afastado para cursar pós-graduação. Esses afastamentos eram justificados pela necessidade de aprimoramento da formação de professores com vistas à criação de um programa de pós-graduação (como de fato ocorreu com o retorno destes).

Logo depois da minha conclusão, no ano de 2006, houve uma reforma institucional da Universidade Federal de Alagoas, onde o antigo Departamento de Ciências Sociais transformou-se em Instituto de Ciências Sociais, conquistando mais autonomia, aspecto importante para a expansão e qualificação do curso de Ciências Sociais. Com essa mudança foram criados dois cursos distintos (Bacharelado e Licenciatura), inclusive com coordenações específicas (o que não é comum em todas as universidades). Assim, o que antes era tratado como “habilitações” passaram a ser cursos específicos, com grades curriculares próprias, respeitando as singularidades da distinção e considerando os pontos em comum.

A separação tornou a Licenciatura mais autônoma e com características próprias, o que ocorreu a partir da aprovação do seu primeiro projeto político pedagógico autônomo, em 2006. Por se tratar da criação de um novo curso se passou a exigir um Projeto Político Pedagógico específico - após as mudanças ocorridas em 2006. A criação de cursos de Licenciaturas em Ciências Sociais substituiu a ideia de ser apenas uma “modalidade”. A Licenciatura estava posta como habilitação a partir da Reforma Universitária de 1968 (Parecer n 327/68). Já naquele momento tinha como objetivo propiciar a formação para atuação no ensino médio, inclusive na disciplina de Moral e Cívica (singularidade da ditadura militar).

Esse histórico não é específico do Curso de Ciências Sociais da UFAL é uma lógica que se configurou de forma nacional. As mudanças surgem no contexto no qual a política indicava a necessidade de formar profissionais aptos para atuarem “no magistério da Educação Básica”. Também se alinha ao que já estava preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2001,

para os cursos de graduação em Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Sociologia) no que diz respeito ao perfil dos formandos e às competências e habilidades específicas para a Licenciatura.

Diante desse histórico, a pesquisa realizada por Bodart (2018) com 104 professores de Sociologia no estado de Alagoas constata a importância de aprofundarmos estudos nesse campo. No referido estudo (idem) foram constatadas diversas dificuldades no que diz respeito a lecionar a disciplina de Sociologia na educação básica. O pesquisador partiu do pressuposto de que para estudar o ensino de Sociologia é necessário considerar as deficiências formativas do professor, a incipiente produção de recursos didáticos e as condições estruturais do trabalho docente.

Apresentando os dados divulgados pelo INEP, a pesquisa mostra que, em 2016, Alagoas contava com 536 professores de Sociologia. Nesse contexto, apenas 13,7 % tinham sua formação inicial na área de Ciências Sociais. Acredita-se que as dificuldades na atuação em sala de aula aconteçam especificamente aos que não possuem formação na área. No entanto, os professores com formação específica na área de Ciências Sociais também apresentaram dificuldades em relação à sua prática pedagógica.

Essas dificuldades motivaram a elaboração do presente estudo. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral compreender como foi construída a formação profissional no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL. A partir desse objetivo se desdobrou um dos objetivos específicos: averiguar as mudanças ocorridas ao longo do tempo (desde a separação em dois cursos, Bacharelado e Licenciatura). Para isso, tomamos como referência os projetos político-pedagógicos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL desde 2006 até os dias atuais. E ainda, para contribuir nessa compreensão, buscamos identificar a visão do corpo docente que atualmente está vinculado à Licenciatura a partir de 5 docentes entrevistados. Inicialmente, também queríamos entrevistar alunos e egressos do curso para saber sua perspectiva dessa formação, mas diante de tantas informações já encontradas e, a partir das sugestões da banca de qualificação, resolvemos nos ater aos documentos e às entrevistas com os docentes.

A pesquisa considera a relação que se estabeleceu primeiramente entre os cursos de Bacharelado e Licenciatura, mas o foco é no segundo, tendo em vista a preocupação com a formação para atuar no ensino médio. Dessa forma, um marco importante é a Lei 11. 684/2008 que torna a disciplina de Sociologia obrigatória nas séries do ensino médio da educação básica, muito embora em Alagoas essa disciplina não tenha saído de cena.

Assim, o presente trabalho está organizado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, está explicitada, em linhas gerais, a abordagem teórico-metodológica enfatizando os métodos e etapas de trabalho, o tipo de pesquisa, os sujeitos entrevistados, as fontes utilizadas, a coleta e a análise dos dados.

O segundo capítulo apresenta a criação das primeiras universidades e como esses modelos de universidades influenciaram a criação dos cursos de Ciências Sociais. O presente capítulo aborda também o contexto de criação da Universidade Federal de Alagoas e a criação do curso de Ciências Sociais dessa instituição.

O terceiro capítulo vem tratar do curso de Ciências Sociais em questão mostrando os três tempos da modalidade Licenciatura com a implementação dos seus Projetos Político Pedagógicos (2006/2013/2018). Nesse mesmo capítulo, também é abordada a caracterização docente onde entende-se que as mudanças ocorridas ao longo dos anos no quadro docente tende a impactar na formação dos egressos de Ciências Sociais da UFAL.

Diante do exposto, a pesquisa se justifica pela necessidade de fazermos uma reflexão sobre os currículos implementados para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL durante todo o período de existência, tomando como foco as orientações para a formação docente. Desse modo, estudar o curso de Ciências Sociais da UFAL torna-se relevante uma vez que esta instituição é a única responsável pela formação dos professores de Sociologia que atuarão no ensino médio no estado.

Avaliamos que o estudo sobre o ensino das Ciências Sociais em Alagoas ainda é pouco conhecido visto que, mesmo em face às publicações existentes, não encontramos um trabalho específico sobre os projetos do curso de Licenciatura e sua articulação com a formação docente. Assim o presente trabalho pode ser um ponto de partida para outros estudos.

1. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Esse primeiro capítulo pretende fazer uma apresentação no que diz respeito ao conceito de currículo e o nascimento das primeiras preocupações acerca dos estudos sobre o tema bem como os desdobramentos ocorridos acerca das chamadas teorias de currículo até os dias atuais. Nesse sentido, temos a intenção de entender como a Sociologia está inserida dentro da política curricular onde baseada em Alice Casimiro Lopes entendemos a política curricular como um campo conflituoso de embates entre sujeitos em busca de hegemonia.

Logo após, apresentamos os métodos e etapas de trabalho da pesquisa, onde utilizamos de análise documental dos Projetos político-pedagógicos e de forma complementar a análise de entrevistas com alguns docentes do referido curso.

1.1 Uma reflexão sobre currículo e formação docente

[...]O currículo é um espaço-tempo em que sujeitos diferentes interagem, tendo por referência seus diversos pertencimentos, em que essa interação é um processo cultural que ocorre num lugar-tempo[...] (MACEDO, 2006, p.288)

O que seria o currículo? Ou o que seria uma teoria de currículo? Antes de respondermos a essas questões, torna-se imprescindível entendermos primeiramente o que seria uma teoria. Pressupõe-se de que uma teoria seria uma descoberta ou a suposição de uma realidade, ou seja, seria a reflexão da realidade. Segundo SILVA (2015, p. 11), “teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo um signo de uma realidade que – cronologicamente, ontologicamente a precede”. Como ponto de partida, temos essa perspectiva clássica do conceito de teoria, no entanto, na perspectiva do pós-estruturalismo, a teoria não se limitaria em descrever uma realidade como se estivesse fora dessa realidade, a teoria estaria, inevitavelmente, dentro desse processo de produção da realidade. “Ao descrever um objeto, a teoria, de certo modo, inventa-o. O objeto que a teoria supostamente descreve é efetivamente, um produto de sua criação. ” (SILVA, 2015, p.11)

Nessa perspectiva, podemos afirmar que as teorias podem ser abordadas como discursos. Discurso de acordo com LOPES (2006), numa perspectiva de Laclau e Mouffe (apud 2001), é um sistema que tem uma evidente dimensão linguística, no entanto não se restringe aos atos de fala, existindo também ações e relações que geram um significado social. Então, o discurso é um resultado de práticas articulatórias que se constituem e organizam relações.

Ao tratar teorias de currículo, especificamente, podemos entender que o currículo seria o “objeto” em torno do qual se constituem discursos, o campo de disputas por sentidos. De acordo com SILVA (p.12),

“Um discurso sobre o currículo – aquilo que, numa outra concepção seria uma teoria – não se restringe a representar uma coisa que seria “o currículo”, que existiria antes desse discurso e que está apenas ali, apenas à espera de ser descoberto e descrito. Um discurso sobre currículo, mesmo que pretenda apenas descrevê-lo tal como ele realmente é, o que efetivamente faz é produzir uma noção particular de currículo”

Tomaz Tadeu Silva (2015) nos brinda com uma síntese do percurso das teorias de currículo que vamos utilizar como base para este capítulo. Segundo o autor (idem), os estudos sobre currículo apareceram pela primeira vez como objeto de estudo nos Estados Unidos na década de 1920. Esse é o período do processo de industrialização naquele país. Nesse período, o modelo que se tem de currículo está pautado na lógica da fábrica.

As ideias se encontram inspiradas na obra de Bobbit, *The Curriculum* (1918) (apud Silva, 2015). “No modelo de currículo proposto de Bobbit, os estudantes devem ser processados como um produto fabril. O currículo é supostamente isso: a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção dos resultados que possam ser precisamente mensurados” (p.12). Esse discurso do currículo se tornou dominante e passou a ser modelo para um grande número de escolas, estudantes e professores daquela época.

Tomando essa perspectiva de que as teorias de currículo são produções discursivas, podemos afirmar que as teorias estão intimamente ligadas às questões de poder, de conhecimento e que ensejam a produção de subjetividades Segundo Oliveira (2018) baseada em Foucault,

“O poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, visto que cria novos saberes, os quais podem oprimir quanto libertar. O poder está disperso por todo sistema social, descentrado, não localizado em um único local, como no Estado. Além disso, o poder está estruturalmente vinculado ao saber, fazendo parte da constituição do ‘saber-poder’, que significa que o saber no sentido das práticas discursivas é produzido no exercício das práticas de poder, a serviço do controle do corpo. Tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente.”

Dito isto, ao longo do tempo, surgiram diferentes discursos que se apresentam como “respostas” às questões curriculares. Esses discursos são considerados teorias, as quais geraram um campo de produção de conhecimento e que disputam o lugar de “verdade”. Tomaz Tadeu

Silva propõe uma divisão das teorias em três campos: tradicionais, críticas e pós-críticas (conforme tabela abaixo).

Tabela 1 - Categorias de teorias/Conceito

Teorias Tradicionais	Teorias Críticas	Teorias Pós-críticas
Ensino	Ideologia	Identidade, alteridade, diferença
Aprendizagem	Reprodução cultural e social	Subjetividade
Avaliação	Poder	Significação e discurso
Metodologia	Classe social	Saber- poder
Didática	Capitalismo	Representação
Organização	Relações sociais de produção	Cultura
Planejamento	Conscientização	Gênero, raça, etnia, sexualidade
Eficiência	Emancipação e libertação	Multiculturalismo
Objetivos	Currículo oculto	
	Resistência	

Fonte: SILVA, 2015

O campo das teorias tradicionais, que teve início com Bobbit (apud Silva, 2015), propôs como ênfase principal a eficiência e a avaliação. Nesse período, “o sistema educacional deveria começar por estabelecer, de forma precisa, quais são seus objetivos, esses objetivos, por sua vez, deveriam se basear num exame daquelas habilidades necessárias para exercer com eficiência as ocupações profissionais da vida adulta" (p.23). A tarefa central era mapear as habilidades necessárias para a vida adulta e organizar um currículo voltado para a aprendizagem dessa vida adulta.

Em 1949, o modelo de Bobbit se consolida com Ralph Tyler, nos Estados Unidos, influenciando diversos países, inclusive o Brasil. A obra de Tyler gira em torno das ideias de organização e desenvolvimento. Com a democratização da escola secundária o currículo

tradicional começa a ser contestado, o pensamento e as estruturas educacionais tradicionais são colocados em xeque.

Segundo Silva (2015), a partir da década de 1960 surgiram grandes transformações e mobilizações no mundo: movimento feminista, movimentos pelos direitos civis, movimento de contracultura, lutas de direitos humanos contra as ditaduras militares, entre outras. Tais movimentos influenciaram, diretamente, o campo de estudos educacional o que ficou conhecido nos Estados Unidos como ‘movimento de reconceptualização’. Por outro lado, autores ingleses reivindicam a chamada "nova sociologia da educação". Tais movimentos demonstravam a insatisfação no campo do currículo dos modelos tecnocráticos criados por Bobbit. Esses movimentos tinham a concepção que o currículo não poderia ser pautado numa atividade meramente técnica e administrativa.

Nesse mesmo período, destaca-se a produção de Paulo Freire, no campo da teoria crítica. A pedagogia crítica do autor teve início no Brasil e se completou nos anos de exílio, a partir de experiências de alfabetização de adultos, com inspiração no marxismo e na Ação Católica. Na França, a teoria crítica foi mais bem representada, em período posterior, por Bourdieu e Passeron, Baudelot e Establet”(p. 29), influenciada pelos estudos de Althusser.

As teorias críticas surgem em antagonismo às teorias tradicionais. Enquanto estas últimas, estavam preocupadas em organizar um currículo que estivesse preocupado com a manutenção do *status quo*, privilegiando o acesso ao conhecimento das classes favorecidas, as teorias críticas surgem contestando esse status quo. Elas responsabilizam as classes dominantes por criar um currículo que reproduz as opressões de classe.

“As teorias tradicionais eram teorias de aceitação, ajuste e adaptação. As teorias críticas são teorias de desconfiança, questionamento e transformação radical. Para as teorias críticas o importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz”(SILVA p.30).

Nesse sentido, temos alguns marcos referenciais fundamentais acerca da teoria crítica do currículo:

Tabela 2 - Cronologia dos marcos fundamentais da teoria educacional crítica/teoria crítica sobre currículo

1970	<p>Paulo Freire – A pedagogia do oprimido</p> <p>Louis Althusser – A ideologia e os aparelhos ideológicos de estado.</p> <p>Pierre Bourdieu e Jean- Claude Passeron – A reprodução</p>
1971	<p>Baudelot Establet, <i>L'école capitaliste em France</i></p> <p>Basil Bernstein – <i>Class, codes and control, v. I</i></p> <p>Michael Young. <i>Knowledge and control: new directions for the sociology of education</i></p>
1976	<p>Samuel Bowles e Herbert Gintis – <i>Schooling in capitalista America</i></p> <p>Willian Pinar e Madeleine Grumet, <i>Toward a poor curriculum</i></p>
1979	Michael Apple - <i>Ideologia e currículo</i>

Fonte: SILVA, 2015

O surgimento das teorias críticas não significou a substituição das teorias tradicionais, inclusive porque essas últimas continuaram como discursos dominantes. As teorias pós-críticas

surgem posteriormente e passam a se preocupar com conceitos que parecem transcender as teorias críticas. Ainda no esteio das lutas sociais, o campo teórico passa por mudanças que ficaram conhecidas como “virada cultural” e “virada linguística”. A virada cultural está relacionada com os estudos culturais que se desenvolvem no campo da teoria crítica e incorporam outras formas de poder e dominação, além da questão de classe. A virada linguística está relacionada com os estudos em torno da linguagem e das relações sociais. Desses campos emergem questões sobre identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação, discurso, saber, poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade e multiculturalismo são as preocupações desse período.

As teorias sobre o pensamento curricular no Brasil nos deram subsídios para pensarmos o currículo. Em “Teorias de Currículo”, Lopes e Macedo (2011) antecipam o posicionamento acerca da impossibilidade de conceituar concretamente a palavra “currículo”, preferem considerar o movimento de criação de novos sentidos para o termo. As autoras nos possibilitam perceber que, a partir de 1980, com o início da redemocratização do país, ganharam força os questionamentos curriculares de tendências marxistas: pedagogia histórico-crítica e pedagogia do oprimido.

Nesse contexto, é na década de 1990, no campo da elaboração e questionamento sobre currículo que passou da superação das tendências psicologizantes (teoria da aprendizagem) para a valorização das concepções sociológicas (currículo como espaço de poder).

Ao tratar de políticas curriculares Lopes aponta o espaço de disputas no qual “toda política curricular é uma política cultural e é um campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo” (LOPES, 2011, p. 111). Nessa perspectiva teórica, a autora faz uma incursão pela teoria do discurso que, para a finalidade do presente trabalho, vamos fazer um recorte na compreensão da política curricular como campo de disputas pelo controle do que será válido. Estão presentes relações de poder. Segundo Rodrigues (2013, p. 295) que se apoia na perspectiva de Lopes, o fato de “determinados discursos se tornarem dominantes não elimina as disputas que se travam no campo”.

Para tanto, seguimos, em certa medida, o que postula Alice Casimiro Lopes, considerando aspectos das teorias do discurso para pensar o currículo da Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL. Compreendendo o texto da matriz curricular como parte de uma dinâmica que articula o contexto político mais amplo e a configuração local.

Nesse sentido, nosso objeto de estudo também nos remete à formação de professores que irão lecionar Sociologia no Ensino Médio, tendo em vista ser esse o objetivo primordial do curso a ser analisado. Assim, nossa análise perpassa essa discussão da formação, mas nossa análise será centrada nos textos das matrizes curriculares e dos projetos pedagógicos, bem como, na visão do corpo docente sobre o curso em questão.

Estamos conscientes que essa discussão poderia enveredar ainda pelo debate da identidade profissional, por se tratar da formação de professores para a profissão docente, mas não será nosso foco aqui. É patente que os anos passados na universidade são de preparação e iniciação ao processo identitário e de profissionalização dos profissionais nas diferentes áreas. De alguma forma, esse debate está subjacente ao nosso trabalho.

Nesse sentido, é fundamental que o estudante tenha acesso ao conhecimento que o habilite ao exercício da função docente, e conseqüentemente o ajude a construir sua identidade profissional de professor. Por outro lado, a identidade profissional da docência no ensino superior também aparece nesse contexto como parte desse cenário de constituição do currículo enquanto prática. As dificuldades e embates nesse campo também vão emergir na pesquisa mesmo não sendo a problemática central.

Nesse campo, Pimenta (2002) aponta algumas das dificuldades do ponto de vista da docência no ensino superior.

Na maioria das instituições de ensino superior, incluindo às universidades, embora seus professores possuam experiência significativa e mesmo anos de estudo em áreas específicas, predomina o despreparo e até mesmo um desconhecimento científico do que seja o processo de ensino e aprendizagem pelo qual passam a ser responsáveis a partir do instante que ingressam na sala de aula. Geralmente os professores ingressam em departamentos que atuam em cursos aprovados que já estão estabelecidas as disciplinas que ministrarão. Aí recebem ementas prontas planejam individualmente e solitariamente, e é nesta condição – individual e solitariamente – que devem se responsabilizar pela docência exercida (PIMENTA, 2002, p. 37).

Essas dificuldades não se resumem aos aspectos subjetivos apontados, a autora também aponta aspectos que estão relacionados com as políticas educacionais e, por conseguinte, nas relações de poder nas quais elas se inserem

[...]se espera o envolvimento desses professores na administração e gestão em seus departamentos, na universidade, tomando decisões sobre currículos, políticas de pesquisa, de financiamento, não apenas em seu âmbito, mas também no âmbito dos sistemas públicos estaduais, do sistema nacional de educação e das instituições científicas de fomento, de políticas de pesquisa, de ensino e de avaliação (PIMENTA, 2002, p. 39).

Nesse sentido, as políticas educacionais são

[...] Mecanismos para reformar professores e para mudar o que significa ser professor, isto é, a formação e a atualização das capacidades e atributos do ser professor [...] não muda apenas o que nós fazemos, muda também o que nós somos – a nossa identidade social (BALL 2002 p. 4-5).

De forma geral, as políticas educacionais têm por finalidade adequar o trabalhador às exigências do capital e ao que é definido como “mais importante”, palavras como “polivalente, flexível, eficiente”.

A partir dos anos 1990, essa formação é permeada pelo discurso de “competências e habilidades” que perdura até os dias atuais. O sistema capitalista requer do trabalhador um profissional “polivalente”. Com o professor do ensino superior não é diferente. Novas demandas têm se colocado sob sua responsabilidade como por exemplo, a educação à distância, o uso de novas tecnologias, a execução de pesquisas e uma produção “eficiente” que apareça com bons resultados nas avaliações.

Diante do exposto, acredita-se na possibilidade da utilização de referenciais analíticos de abordagens pós-críticas para analisar um contexto amplo no que diz respeito ao discurso sobre currículo no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL.

1.2 Métodos e etapas de trabalho

A metodologia é qualitativa e se caracteriza por uma abordagem histórica com intuito de analisar mudanças ao longo do tempo. Para tanto, nos valem da análise documental dos projetos político-pedagógicos da licenciatura em Ciências Sociais. Sabemos que o currículo é muito mais amplo que apenas esses documentos, visto que, existem várias possibilidades de interpretação. Assim, essa é uma limitação do presente estudo da qual estamos plenamente conscientes. Como forma de complementar a análise, também foram entrevistados cinco professores do curso.

A abordagem histórica teve por objetivo compreender as dinâmicas do processo de mudança. Assim, foi necessário pontuar a institucionalização da Sociologia acadêmica no Brasil e no estado de Alagoas. Esse processo está articulado com as mudanças nos projetos pedagógicos que foram objeto da pesquisa documental. A análise teve por finalidade identificar as propostas de formação docente que são almejadas por esses desenhos. Dessa forma buscamos entender como foi construída a formação do profissional de Ciências Sociais que vai atuar no ensino médio, tendo em vista o curso de Licenciatura, não foram consultados os projetos do curso de Bacharelado e ainda não foi possível ter acesso ao primeiro Projeto Político

Pedagógico do curso que não está disponível de forma *on-line*. Naquele primeiro projeto, existia apenas um curso e a licenciatura era uma opção disponível para formação complementar, como foi elencado na introdução deste trabalho.

Além disso, foram consultados outros documentos, tais como, legislação, parâmetros curriculares, decretos, desenhos curriculares. Tais documentos foram obtidos de forma *on-line* nas páginas oficiais do Ministério da Educação e na página oficial do ICS - Instituto de Ciências Sociais da UFAL.

Posteriormente, foi elaborado um roteiro de entrevistas para obtenção de depoimentos dos docentes. Em princípio, tínhamos a intenção de operacionalizar as entrevistas de forma presencial, tendo sido algumas entrevistas agendadas. No entanto com o começo da pandemia de Covid-19, foi necessário o cancelamento dessas entrevistas e a mudança no processo de operacionalização das mesmas. Assim, as entrevistas foram enviadas para o e-mail dos docentes expondo a finalidade e a importância da pesquisa tendo em anexo o termo de consentimento livre e esclarecido e o contato da pesquisadora. Após esse contato por e-mail, alguns docentes disponibilizaram o contato telefônico para responder as perguntas por meio do WhatsApp e outros disponibilizaram as respostas de forma escrita por meio do próprio e-mail.

Desta forma, a contribuição dessa pesquisa pretende se dar na análise dos desenhos curriculares do curso de Ciências Sociais da UFAL e na ótica dos docentes do curso, tendo em vista a discussão e reflexão sobre a formação docente.

2 – AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES E A CRIAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Esse segundo capítulo tem como objetivo relatar a criação das primeiras universidades fazendo um percurso histórico desde a idade média até a criação da universidade Federal de Alagoas e a criação do curso de Ciências Sociais nesta universidade. Tendo como intenção mostrar como os modelos das universidades influenciaram no modelo de criação do curso de Ciências Sociais tanto em nível nacional como local.

Assim, o presente capítulo faz um percurso histórico desde a Idade Média com a criação das universidades de Bolonha, Oxford e Paris, como também, da primeira universidade em Berlim mostrando a concepção da primeira universidade moderna e como o Brasil sofreu influência dessas universidades na criação de suas primeiras universidades, Universidade do Rio de Janeiro - URJ - e Universidade de São Paulo - USP. Logo após enfatizamos a criação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e a criação do curso de Ciências Sociais buscando entender como o modelo dessas universidades influenciaram no formato de criação do referido curso.

2.1 As primeiras Universidades

Napoleão instaurou um padrão de universidade estatal caracterizado pelo ensino profissionalizante que visava à formação de profissionais para o Estado e mercado, forte controle por parte do Estado incluindo nomeação dos professores e autoridades universitárias, estruturada por faculdades e cursos onde a ciência está sujeita às metas da sociedade e do Estado que influem em todos os aspectos (FREITAS, 2013, p. 40).

Antes de pontuarmos sobre a criação do curso de Ciências Sociais em Alagoas faz-se necessário entendermos o momento histórico da criação das primeiras universidades até os dias atuais. Nos séculos XII e XIII, Idade Média, foram criadas as primeiras universidades. Em 1088, a criação da Universidade de Bolonha, em 1214 a de Oxford e em 1215 a de Paris. Destacando que as citadas universidades estavam sob o controle da Igreja católica. É com a fundação da Universidade Imperial da França em 1806 que é rompida a concepção de universidade medieval.

Em 1810, surge a Universidade de Berlim, considerada a primeira universidade moderna, visto a introdução de uma nova concepção de universidade que passa a ser a fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. “Nesse modelo, a pesquisa é entendida como função primordial da universidade na produção do conhecimento, concebendo que o

trabalho acadêmico deva ser livre de quaisquer influência religiosa e doutrinas políticas. ” (FREITAS, 2013, p. 40).

Apesar do espaço temporal entre a criação das primeiras universidades no primeiro mundo, 1088, 1214, 1215 e 1810, e a criação da universidade brasileira, é visível que esses modelos de universidades influenciaram diretamente na criação das universidades no Brasil. Mesmo com a existência de curso superior no Brasil, que se deu desde a chegada da Coroa Portuguesa em 1808, é somente em 1920 que é implantada a primeira universidade: a Universidade do Rio de Janeiro – URJ -. Criada em 7 de setembro de 1920 através do Decreto N. 14.343. A URJ nasceu a partir do agrupamento das instituições de ensino superior de cunho profissional – a Faculdade de Medicina, oriunda dos cursos da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar do Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, fundada em 1874, a partir dos cursos da Academia Real Militar, existente desde 1810 e da Faculdade de Direito, criada como resultado da fusão, em 1920, da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais com a Faculdade Livre de Direito, ambas fundadas em 1891. Essa última fortemente influenciada pelo modelo francês de universidade. Vale lembrar que em seu decreto de criação, a pesquisa sequer é mencionada, visto a pouca importância dada à atividade científica.

Em 1934 é criada a Universidade de São Paulo - USP, nascida da Escola Livre de Sociologia e Política, a USP é a primeira universidade em termos reais, que é considerada umas das universidades brasileiras mais bem-sucedidas. Esta priorizou a realização de pesquisas. Nela encontra-se a forte influência da concepção alemã de universidade, ou seja, preocupação fundamental com a pesquisa com o ensino e a investigação científica. Esta tem uma concepção idealista e não pragmática de universidade diferente da concepção prestadora de serviços ao mercado e a sociedade.

A criação das duas instituições se deu num período em que o país passava por um processo acelerado de modernização. A vinda de pesquisadores estrangeiros marca a criação das duas instituições. Segundo SILVA (2012) a constituição de um padrão de trabalho científico para o desenvolvimento da pesquisa, liderado por Florestan Fernandes marcou o percurso vivido pelo grupo de pesquisadores paulistas. MICELI (1989) aponta ainda, que em São Paulo, a hierarquia acadêmica que vai se constituindo nas duas primeiras décadas de funcionamento foi sendo modelada por docentes estrangeiros treinados nas regras e costumes da competição acadêmica europeia (e francesa em particular), todos eles empenhados em instaurar em elenco de procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção. Deve-se lembrar que a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil se constituiu de maneira peculiar visto que ela foi iniciada pelos chamados “intérpretes do Brasil” constituído de

médicos, juristas, engenheiros e posteriormente, como foi dito, se consolidou como disciplina científica nos casos de Rio de Janeiro e São Paulo.

Importante destacar que depois da criação de tais universidades e associações profissionais têm um importante papel para a consolidação da disciplina posteriormente. Segundo OLIVEIRA (2017),

A criação de suas associações profissionais e seus primeiros congressos são indicadores relevantes de seus diferentes tempos de maturação, na medida em que agregam interesses profissionais capazes de elaborar seus próprios instrumentos de luta política e acadêmica, no conjunto de hierarquias e saberes. A Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS foi fundada em 1948, o I Congresso Brasileiro de Sociologia (SP) em 1954. Em 1955, foi criada a Associação Brasileira de Antropologia (BA), sendo que sua primeira Reunião Brasileira ocorreu dois anos antes (RJ). Associação Brasileira de Ciência Política foi criada em 1986 (RJ), refundada dez anos depois, e seu primeiro congresso aconteceu em 1998 (RJ). Os fóruns internacionais, também importantes na construção desse caminho, sinalizam a necessária institucionalização na constituição do campo no Brasil (I Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia, ISA, onde foi criada a Associação Latinoamericana de Sociologia, ALAS, em 1950)

Desta forma, entendemos como se deu a consolidação das primeiras instituições de ensino superior no Brasil. Em seguida verificamos como se deu a criação da Universidade Federal de Alagoas e o surgimento do curso de Ciências Sociais nesta instituição.

2.2 A criação do curso de Ciências Sociais na UFAL

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL, a maior instituição pública de ensino superior do estado, foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek que, reuniu as Faculdades de Direito, Medicina, Filosofia, Economia, Engenharia e Odontologia. Essa concretização se deu já nos últimos meses do mandato do presidente graças aos apadrinhamentos políticos do diretor da Faculdade de Medicina, Dr. Aristóteles Calazans Simões que foi o primeiro reitor.

É importante lembrar que a Universidade Federal de Alagoas foi criada em um momento em que o Brasil começava a viver um processo de desenvolvimento econômico, sob o discurso da necessidade de desenvolvimento da educação para acompanhar a economia. JK era desenvolvimentismo, criação da SUDENE, etc.

As mudanças na educação superior aconteceram no contexto da ditadura com a reforma com o USAID. Dentre as medidas adotadas foi instituído o Decreto-lei nº 869 de 12 de

dezembro de 1969 que incluiu a disciplina de Educação Moral e Cívica como obrigatória nas escolas.

“A preocupação de agir sobre o meio estudantil afastando-se dos movimentos contestatórios aparece de forma manifesta nos primeiros pronunciamentos oficiais dos novos dirigentes. Logo após o movimento político-militar de 1964, o então presidente Castelo Branco procurou definir as linhas fundamentais da política educacional do regime recém-instaurado. O sistema educacional, em sua visão, deveria preparar de forma inadiável, pessoal qualificado para atender as exigências do desenvolvimento do país, nos termos em que este estava sendo definido. Manifestava-se ainda contra a “perigosa tendência” de infiltração de temas e preocupações políticas na vida universitária, sobretudo entre o corpo discente, e neste sentido entendia que a formação intelectual da juventude deveria ser guiada pelo espírito da disciplina” (MARTINS, 1989, p.15).

Essa mudança teve impacto na ampliação dos cursos na área de Ciências Sociais no Brasil. É nesse contexto que se configura o curso de Estudos Sociais, precursor de Ciências Sociais. E ainda a criação da disciplina de EPB- Estudos dos Problemas Brasileiros – voltados para todos os cursos do Ensino Superior.

Quem inicialmente ministrava na UFAL aquela disciplina vinda de cima, tornada incontestavelmente obrigatória e ministrada por professores do Departamento de Estudos Sociais, criado aproximadamente em 1973 sob demandas alheias que não aquelas por razões de Estado? Apenas aqueles professores e professoras de inquestionável idoneidade ideológica sob o ponto de vista dos dirigentes da instituição e do governo (PLANCHEL, 2005 p.63).

No caso da UFAL o curso iniciou com Estudos Sociais. Apenas no ano de 1994, trinta anos após sua criação, já no contexto de restabelecimento do Estado Democrático, que houve a transformação - sua criação está intimamente ligada ao contexto político vivenciado pela sociedade brasileira. Foi transformado em Curso de Ciências Sociais depois de muitas reivindicações por parte dos alunos que cursaram Estudos Sociais. O trabalho de criação do curso foi iniciado pela professora Ruth Freitas¹, na época coordenadora do antigo curso de curso de Educação Moral e Cívica do Departamento de Estudos Sociais.

A recente criação do curso revela o pensamento tardio em relação aos outros estados da federação tendo como exemplo o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE- que teve sua criação e autorização de funcionamento com a Lei 1.254 de 04/12/1950.

¹ Informação obtida em entrevista concedida a autora no dia 7 de março de 2005 com a professora que tinha como objetivo levantar, reunir e registrar informações para eventuais pesquisas e estudos sobre a História das Ciências Sociais no Estado de Alagoas. As informações prestadas foram incorporadas ao banco de dados do Núcleo de Memória das Ciências Sociais em Alagoas onde a autora era componente do referido núcleo.

Uma das causas pode ser explicada pelo longo período de governo ditatorial instaurado no Brasil em 1964, permanecendo até início dos anos 80. Mesmo assim, se vê as diferenciações que podem ter relações com a cultura política conservadora no estado de Alagoas.

O primeiro documento do curso mostra que sua criação foi resultado de um processo que foi iniciado no ano de 1987 envolvendo esforços do colegiado e alunos do antigo curso de Estudos Sociais tendo em vista que a disciplina de Educação Moral e Cívica, principal disciplina para qual o curso formava, sofrera um desgaste no contexto social daquele período.

Em 1992 houve a definição de uma nova política acadêmica da universidade Federal de Alagoas onde foi necessária a adaptação dos projetos pedagógicos já existentes no sentido da adoção do sistema seriado anual substituindo o sistema de crédito semestral vigente. Logo em seguida, no ano de 1993 é promulgada a Lei Nº 8663/93. Tal lei revoga o Decreto-lei nº 869 de 12 de dezembro de 1969 que incluía a disciplina de Educação Moral e Cívica como obrigatória nas escolas.

A referida Lei em seu artigo 2º expõe que: “A carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e Política do Brasil e Estudos Brasileiros, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior bem como seu objetivo formador de cidadania e de conhecimento da realidade brasileira deverão ser incorporadas sob critério das instituições de ensino e do ensino respectivo às disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais”.

Diante dessa conjuntura, a UFAL suspendeu o vestibular para o curso de Licenciatura em Estudos Sociais e as vagas do referido curso foram remanejadas para o curso de Ciências Sociais - autorizado pelo conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UFAL), com a resolução nº 49-B/93 onde o mesmo começou a funcionar no Departamento de Ciências Sociais em 1994.

Assim, o atual curso teve a sua implantação autorizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFAL, em 09 de agosto de 1993, com a resolução Nº. 49 – B/93, tendo começado a funcionar no antigo Departamento de Ciências Sociais, fundado em 1994. Desde então, oferece as habilitações em Bacharelado e em Licenciatura, seguindo a legislação vigente à época que ainda era do governo militar.

As mudanças mais substantivas só ocorrem com a Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A LDBEN assegura às instituições de ensino de ensino médio e superior certa autonomia científica e didática para elaborar seus projetos pedagógicos. Esta lei é o instrumento que regula as instituições de ensino possuindo um caráter normativo e obrigatório e, a partir dela, são elaborados os projetos pedagógicos e desenhos curriculares.

Com o reconhecimento do Curso através da Portaria Nº. 475, de 22 de fevereiro de 2002 (DOU de 25.02.2002). Em sua primeira proposta curricular, o curso possuía duração de oito semestres. O bacharelado e a licenciatura estavam vinculados na entrada do aluno, ou seja, o aluno ao se formar saía com duas habilitações.

Visivelmente o curso tinha como área de concentração a Sociologia e predominava prioritariamente as atividades do bacharelado, pois esse tipo de configuração curricular privilegiava a formação do pesquisador. Apenas no último ano o aluno tinha contato com quatro disciplinas voltada para Licenciatura: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Didática Geral, Estágio supervisionado em Ciências Sociais e Psicologia da Educação como informa o quadro a seguir:

TABELA 3 – Disciplinas da primeira proposta curricular do curso de Ciências Sociais - UFAL

1º ano	Antropologia 1 Introdução à metodologia Científica Sociologia 1 Formação Econômica Política e Social Política 1 Introdução à Filosofia Geografia Humana e Econômica
2º ano	Antropologia 2 Sociologia 2 Formação Econômica Política e Social do Brasil Política 2 Introdução à Economia Política Epistemologia das Ciências Sociais Estatística aplicada às Ciências Sociais
3º ano	Metodologia e Técnicas de pesquisa em Ciências Sociais Sociologia 3 Política 3 Estágio Supervisionado em Ciências Sociais Política 3
4º ano	Estrutura e funcionamento da educação básica Estudo da realidade alagoana Didática geral Estágio supervisionado em Ciências Sociais Psicologia Social Psicologia da Educação

Fonte: Histórico escolar da autora/ano 2000 à 2003

Devido à configuração da legislação e contexto político que predominava à época, a habilitação na Licenciatura era vista como uma formação complementar, como aludimos anteriormente. Apenas poucas disciplinas na área de Educação já completavam a formação.

Apenas no ano de 2006, foram criados os cursos de forma separada, em virtude da reforma institucional da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, o antigo Departamento de Ciências Sociais transformou-se em Instituto de Ciências Sociais conquistando mais autonomia. Disso resultou a necessidade da criação de currículos próprios para cada habilitação. No entanto, mesmo com uma grade curricular agora voltada para um curso de licenciatura, mesmo assim, persistiu com maioria de profissionais com formação típica bacharelesca.

A partir desse momento, no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL, passaram a ser ministradas, por professores do Instituto de Ciências Sociais, as disciplinas de Organização do Trabalho Acadêmico, Profissão Docente, Pesquisa Educacional e as disciplinas de Projetos Integradores, em um contexto no qual apenas uma professora do Instituto trabalhava com a temática do Ensino de Sociologia/Ciências Sociais. Logo, é possível perceber o tipo de cenário desenhado: professores com formação bacharelesca, sem nenhum tipo de identificação ou aderência às problemáticas próprias da formação docente, ministrando disciplinas com essa propriedade. O que se poderia esperar desse contexto? Definir quem ministraria tais disciplinas tornou-se uma verdadeira “batalha”, fruto justamente da visão amplamente difundida de que as questões relativas à formação docente representam um nicho sem importância, uma espécie de cidadania “secundária” se comparadas a outros campos de atuação (GAUDÊNCIO, SOUZA, NUNES, 2017 p. 163/164)

Em 2008, com a aprovação da lei 11.684/2008 a Sociologia torna-se obrigatória em todas as séries do ensino médio provocando novas mudanças no Currículo das Ciências Sociais. Logo depois, em 2013 houve a reformulação do projeto de 2006 e posteriormente a implementação em 2018 a implementação do novo projeto vigente até os dias atuais.

Nos dias atuais o curso de Ciências Sociais da UFAL oferece as duas habilitações de forma separada, além da licenciatura na forma de EAD- Educação à distância. Assim o curso se configura da seguinte forma:

O curso de Ciências Sociais na modalidade bacharelado tem como objetivo formar pesquisadores nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Política e Sociologia. Assim se faz necessário preparar profissionais capazes de elaborar análises críticas, organizar e interpretar pesquisas sociais, de opinião pública, de cultura material, entre outras. O curso se dá de maneira

presencial no campus de Maceió, organizado em 8 períodos, somando uma carga horária com 3398 horas/aula.

O Curso de Ciências Sociais na modalidade presencial Licenciatura Plena tem como objetivo formar professor da Educação Básica Fundamental e Médio; atuando nas disciplinas de Sociologia no Ensino Médio; atuando nas disciplinas relativas às questões étnicas e multiculturais do Ensino Fundamental. Podendo também atuar na gestão pedagógica, participando na elaboração de projetos com foco no processo de ensino e de aprendizagem, considerando que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento. Seu trabalho também se dá na realização de atividades de planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a entidades públicas ou privadas na área educacional. Atualmente o curso se dá de modo presencial no campus Maceió com 9 períodos, somando uma carga horária de 3220 horas/aulas.

O curso de Ciências Sociais do tipo Ensino à distância se dá também na modalidade de Licenciatura Plena tendo como objetivo formar profissional apto para atuar no magistério da Educação Básica, seja na docência da sua área de competência (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) ou na gestão do trabalho educativo.

Segundo o atual Projeto Político Pedagógico (2018), o profissional licenciado em Ciências Sociais deve demonstrar competências para atuar na docência na Educação Básica com o comprometimento com a ética das Ciências Sociais, com os princípios humanísticos necessários à formação e consolidação de uma sociedade democrática e sustentável.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade à distância iniciou seu funcionamento em 2013. Sua criação pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), responde à demanda criada pela obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio. Dessa forma, ainda que o Instituto de Ciências Sociais da UFAL já contasse com um curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade presencial, a decisão pela obrigatoriedade da disciplina, criou o imperativo na formação de profissionais para atuar no ensino da Sociologia para o conjunto do Estado de Alagoas. No presente trabalho, temos como foco de investigação o curso de Licenciatura na modalidade presencial.

3. OS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CURSO DE LICENCIATURA DA UFAL

O presente capítulo pretende explicitar os Projetos Político-Pedagógicos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL nos anos de 2006, 2013 e 2018, observando o que cada projeto prevê em relação a formação dos egressos e quais mudanças implementadas ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, de forma complementar observamos a fala dos docentes em relação a formação docente dos egressos.

3.1. O Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura do ano de 2006

O ano em que foi implementado o primeiro projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL (2006) foi o período em que começou o segundo mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Durante seu governo a inclusão social se aprofundou na perspectiva de sua gestão. Segundo Rodrigues (2013), tal momento é permeado pelo discurso que busca o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais,

“Essas concepções representam não apenas de uma posição política do governo Lula mas é fruto de um discurso pactuado a partir de diversas disputas políticas, no atual contexto. E não se restringe ao campo da política educacional, mas é a base da lógica que permeou o governo Lula resumida como a busca por desenvolvimento econômico e social. Assim, as políticas sociais, em geral, estão voltadas à diminuição das desigualdades sociais, seja por meio de ações imediatistas (como o Programa Bolsa Família), seja por meio de políticas afirmativas, bem como a preocupação com a construção de políticas de Estado (e não apenas política de governo, nos limites de compatibilidade do sistema capitalista”.

Naquele contexto, emendas constitucionais alteraram significativamente dispositivos para a educação, ocorrendo uma série de mudanças como por exemplo, a Reforma Universitária, que englobou programas e medidas provisórias como o Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI tem como objetivo principal ampliar o acesso e permanência na educação superior tal plano foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e foi uma das ações que integrou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O Plano de Desenvolvimento da Educação foi um conjunto de programas que visavam melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas. Com isso o REUNI proporcionou o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação.

Em 2006, o curso passou a funcionar de forma dissociada da modalidade do bacharelado. Tomando a perspectiva de LOPES (2006) podemos dizer nesse sentido que as comunidades epistêmicas “fazem circular, no campo educacional, discursos que são base na produção de sentidos e significados para as políticas de currículo em muitos contextos, em uma constante tensão homogeneidade-heterogeneidade. A página de identificação do documento explicita que o curso de Ciências sociais da UFAL tem como reconhecimento a Portaria Ministerial n. 475 de 22/02/2002 (DOU 25/02/2002).

A modalidade licenciatura passa a funcionar no período noturno, oferecendo 40 vagas e tendo como duração mínima 4 anos e máximo 7 anos com carga horária de 3240 horas. O perfil do profissional que o curso irá formar será um profissional apto para atuar no magistério da educação básica, seja na docência na sua área de competência (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) ou na gestão do trabalho educativo. Como campo de atuação para esse profissional, o projeto aponta as instituições públicas e privadas de educação básica (ensino fundamental e médio) e em cursos livres, podendo atuar também em atividades de planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas, públicas, privadas, organizações não-governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais. A elaboração desse Projeto pedagógico contou a participação do colegiado do curso que no ano citado era formado pelos professores Arim Soares do Bem, Bruno César Cavalcanti, Cibele Maria Lima Rodrigues, José Alberto Saldanha de Oliveira e Lícia Gatto Santa Rita de Melo

A parte introdutória do documento explicita o percurso histórico do curso de Ciências Sociais da UFAL que já foi descrito no item anterior. Com a reforma institucional ocorrida na Universidade em 2006, o Departamento de Ciências Sociais transformou-se em Instituto de Ciências Sociais-ICS e ao mesmo tempo a modalidade da Licenciatura é dissociada do Bacharelado. Nessa perspectiva foi obrigada a elaborar um currículo próprio para essa modalidade.

Assim, esse Projeto Pedagógico se configurou em consonância com o parecer CNE/CES 492/2001, CNE/CES 1363/2001 e com a Resolução N° 32/2005-CEPE/UFAL. Dessa forma, o Projeto Pedagógico preconiza que:

“A formação acadêmica e profissional do professor só pode ser planejada e executada à luz de uma **concepção muito clara do que se espera da educação e do que se concebe por ações promotoras de educação**, como prática institucionalizada. Neste contexto, a ação docente perde a aura do “*espírito de cátedra*”, centralizado na autonomia decisória do professor sobre conteúdos e práticas a serem desenvolvidos no curso, devendo, pelo contrário **levar em consideração um conjunto de ações e medidas institucionais previamente delimitadas dentro de um complexo contexto social e institucional**” (PPP 2006, p. 55)

Este trecho do Projeto Político Pedagógico do ano de 2006 enfatiza que a formação do professor deve está muito clara em relação ao que se espera de educação a partir desse momento, Percebe-se um rompimento com uma concepção tradicional da idéia do que seria ser professor onde o mesmo tinha de forma isolada autonomia para decidir sobre suas práticas. Nesse contexto, a atuação do professor passa ser também passa a ter influência de um contexto social mais amplo por medidas institucionais que se desenvolvem ao redor

Além disso, o projeto pedagógico aponta alguns princípios norteadores para a formação do licenciado que são eles:

“•. Propiciar aos estudantes uma **formação teórico-metodológica** sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para que eles possam estabelecer relações produtivas com a **pesquisa, docência e a prática social;**

- . Garantir a **integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;**
- Estimular a **autonomia intelectual e a capacidade analítica dos estudantes,** possibilitando aos mesmos uma ampla **formação humanística e técnica;**
- Partir da ideia de que o **curso é um percurso** que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias não limitadas apenas a um rígido ordenamento curricular;
- Fazer a **articulação entre as disciplinas, as linhas de pesquisas dos núcleos de pesquisa institucionalizados** e demais aspectos relevantes, como os projetos de extensão, atividades de registro e coleta de dados, buscando **fomentar as especificidades da formação em Licenciatura;**
 - Estimular **avaliações institucionais** no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.” (PPP, 2006, p.66)

Observando os princípios norteadores para a formação do licenciado nesse primeiro projeto do ano de 2006 o mesmo preconiza formação teórico-metodológica sólida e a necessidade de articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão, estimulando a autonomia intelectual e a capacidade analítica dos estudantes. Tem-se a perspectiva de que o curso não é necessariamente uma trajetória rígida no seu ordenamento curricular mas oferece diversos caminhos. Como esse documento norteia o curso num período em que a licenciatura é dissociada do bacharelado, o projeto chama a atenção para a necessidade de articular as disciplinas bem como as linhas de pesquisa existentes com o propósito do curso que é a formação do egresso para a licenciatura. O projeto prevê o estímulo das avaliações institucionais buscando o aperfeiçoamento do curso.

Ao tratar do perfil do egresso o documento aponta que o perfil do licenciado em Ciências Sociais está exarado no documento das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura em Ciências Sociais (CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001). Tal documento define prioritariamente a atuação dos licenciados em instituições de ensino fundamental, médio e

superior. Esse documento é do governo de Fernando Henrique e já demonstra esse discurso de competências e habilidades que se tornou hegemônico.

“1. Perfil dos Formandos - Professor de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior. - Pesquisador seja na área acadêmica ou não acadêmica. - Profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

2. Competências e Habilidades

A) Gerais - Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica - Autonomia intelectual; Capacidade analítica; Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social; Compromisso social; Competência na utilização da informática

B) específicas para licenciatura - Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio; Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.” (CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001, p.26)

Nesse sentido, percebe-se que o projeto Político Pedagógico é submetido a uma política nacional que produz um discurso. E nesse sentido o Estado produz um discurso definindo quais competências e habilidades o egresso do curso deverá ter. Essas habilidades e competências estão pautadas nas reflexões explicitadas nas diretrizes para a graduação recomendadas pela Lei nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação onde a concepção de docência priorizada comunga com o princípio segundo o qual a ação de educar se situa num complexo contexto socioeconômico, cultural, político e histórico e, por isso mesmo, deve ser encarada como uma prática capaz de responder qualitativamente às demandas da plural sociedade brasileira, inserida, por sua vez, num contexto de articulação global. As habilidades, competências e atitudes do licenciado em Ciências Sociais devem estar, pois, ligadas à ideia de que o conhecimento a ser construído deve ser globalizado e relacional, de modo que possa ser articulado em torno de problemas, hipóteses ou de questões que exigem, para a sua adequada compreensão, informações de diferentes áreas.

Dito isto, percebe-se que tal documento naquele momento apesar de ser o documento norteador da licenciatura e chamar a atenção da necessidade de conhecimento de métodos e técnicas pedagógicas que permitam transposição de conhecimentos didáticos para diferentes níveis de ensino ele não explicita quais caminhos percorrer na prática a formação do licenciado é bem verdade que na matriz curricular diversas disciplinas foram implementadas no que diz respeito a essa prática, no entanto temos a impressão de que a principal proposta do curso será o exercício da cidadania.

“Depreende-se que o Projeto Político pedagógico em questão enfoca um modelo de formação centrada tanto na dimensão cognitiva (conhecimento e raciocínio) como na dimensão moral e ética da educação envolvendo, portanto, uma capacitação voltada,

simultaneamente, para a prática profissional e para o exercício da cidadania. Para tanto, esses profissionais devem desenvolver também a competência na utilização eficiente da informação, tanto no sentido de apropriá-la como no sentido de disseminá-la. Devem ainda ter domínio dos conteúdos básicos do ensino e aprendizagem nos níveis de ensino fundamental e médio, bem como dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.” (PPP, 2006, p11)

Podemos dizer que naquele momento temos o discurso no documento da necessidade de inserção do país num projeto de currículo nacional e num contexto de globalização de políticas educacionais. Dessa maneira, entendemos toda política de currículo é uma política cultural. Segundo Lopes (2006)

“Toda política de currículo é uma política cultural, tanto sua análise a partir da derivação dos processos econômicos e de classe, nos quais o Estado está inegavelmente engendrado quanto seu deslocamento fetichizado dessas relações exclui dimensões importantes das lutas sociais para dar sentido a algumas dinâmicas da cultura e, particularmente, do conhecimento”

Ainda com Lopes (2006), para o entendimento das políticas de currículo como políticas culturais, tais sistemas de representação – o mercado, a produção, o consumo, a cultura comum, o currículo nacional – precisam ser considerados, de forma a entender seus efeitos discursivos, simultaneamente simbólicos e materiais. Sendo assim, podemos entender que as políticas de currículo produzem cultura e a matriz curricular do curso de Ciências Sociais dentro tende a produzir uma cultura escolar.

A matriz curricular do curso de licenciatura passa a ser dividida em períodos e não mais de forma de regime anual como era configurado anteriormente. O curso passou a ser dividido em oito períodos. É importante salientar que os alunos passaram a ter contato com as disciplinas específicas da Licenciatura já no primeiro período do curso garantindo a formação profissional desde o início. A carga horária total do curso se configurou num total de 290 horas, sendo divididas em: 2140 horas de disciplinas obrigatórias, 400hs de Estágios Supervisionados, 200hs em atividades complementares e 160hs em Trabalho de Conclusão de Curso. O ordenamento curricular daquele período foi organizado da seguinte forma:

Tabela 4- Ordenamento Curricular do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura por período – Projeto Político Pedagógico 2006.

1º semestre	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Antropologia 1	04	80
2	Política 1	04	80
3	Sociologia 1	04	80
4	Organização do trabalho acadêmico	02	60

5	Profissão docente	04	60
6	Projetos Integradores	02	40
	Total	20	400

2º semestre	Disciplina	Ch. semanal	Ch. Total
1	Antropologia 2	04	80
2	Política 2	04	80
3	Sociologia 2	04	80
4	Política e Org. da Educação básica	04	80
5	Projetos Integradores	02	40
6	Estatística aplicada às CSO	02	40
	Total	20	400

3º semestre	Disciplina	Ch. semanal	Ch. Total
1	Antropologia 3	04	80
2	Política 3	04	80
3	Sociologia 3	04	80
4	Desenvolvimento e aprendizagem	04	80
5	Projetos Integradores	02	40
6	Metodologia das CSO	02	40
	Total	20	400

4º semestre	Disciplina	Ch. semanal	Ch. Total
1	Antropologia 4	04	80
2	Política 4	04	80
3	Sociologia 4	04	80
4	Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	04	80
5	Projetos Integradores	02	40
6	Eletiva- Eixo de formação específica	02	40
	Total	20	400

5º semestre	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Antropologia ou Política ou Sociologia V	04	80
2	Estágio Supervisionado 1	05	100
3	Métodos e Técnicas de Pesquisa	04	80
4	Projeto pedagógico e organização e gestão do trabalho escolar	04	80
5	Projetos Integradores	02	40
	Total	19	400

6º semestre	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Antropologia ou Política ou Sociologia VI	04	80
2	Estágio Supervisionado II	05	100
3	Pesquisa Educacional	02	60

4	Eletiva – Eixo de formação complementar	02	40
5	Projetos Integradores	02	40
6	Língua Estrangeira	02	40
	Total	20	380

7º semestre	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Estágio Supervisionado III	05	100
2	Eletiva- Eixo de formação específica	04	80
3	Língua estrangeira II	02	40
4	Eletiva – Eixo de formação complementar	02	40
5	Projetos Integradores	02	40
6	Formação Econômica, Social e Política geral e do Brasil	04	80
	Total	19	280

8º semestre	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Formação Econômica Social e Política de Alagoas	02	40
2	Eletiva- Eixo de formação complementar	02	40
3	Estágio Supervisionado IV	05	100
4	Projetos Integradores	02	40
	Total	13	260

Como dito anteriormente, o Projeto Político Pedagógico do ano de 2006 é o primeiro documento específico para o curso de Licenciatura quando o referido curso passou a funcionar de forma dissociada da modalidade do Bacharelado. Neste projeto, foram inseridas 8 disciplinas voltadas à formação docente de modo que podemos vislumbrar um ponto de partida para um avanço significativo no que diz respeito à formação dos egressos.

Logo no primeiro ano do curso os egressos passaram a ter contato com essas disciplinas. No primeiro semestre o egresso cursava a disciplina Profissão Docente e Política e Organização da Educação Básica. A disciplina Formação Docente tinha como objetivo apresentar ao egresso a constituição histórica do trabalho docente, bem como sua natureza, relações de gênero, autonomia e proletarização.

A disciplina de Política e Organização da educação Básica ainda no primeiro semestre de acordo com sua ementa traz como objetivo a observação da educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade contemporânea, fazer análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino e dos planos e diretrizes para a educação escolar brasileira. Estudo da estrutura e da organização do sistema de ensino brasileiro em seus aspectos

legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros, considerando, sobretudo a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e a legislação complementar pertinente.

No segundo ano do curso, terceiro e quarto semestres, o aluno terá contato com as disciplinas: Desenvolvimento e aprendizagem, bem como, Planejamento, Currículo e Avaliação da aprendizagem. A primeira disciplina foca no estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem na adolescência e na fase adulta, relacionando-os com as diversas concepções de homem e de mundo, identificando a influência das diferentes teorias psicológicas na educação, numa perspectiva histórica, também estuda a relação entre situações concretas do cotidiano do adolescente e do adulto com as concepções teóricas de aprendizagem estudadas, considerando os fundamentos psicológicos do desenvolvimento nos aspectos biológico, cognitivo, afetivo e social na adolescência e na fase adulta através das principais teorias da Psicologia do Desenvolvimento.

Já a disciplina Planejamento, Currículo e Avaliação da aprendizagem traz o estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica.

A partir do terceiro ano o aluno terá contato com a disciplina Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar onde estudará a escola como organização social e educativa, as instituições escolares em tempos de mudança, o planejamento escolar e o Projeto Político-Pedagógico e concepções de organização e gestão do trabalho escolar.

Nesse mesmo ano terá contato com a Pesquisa Educacional na qual observará os pressupostos e características da pesquisa em educação, a pesquisa quantitativa e qualitativa em educação e diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas, etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional

Por fim, a disciplina Projetos integradores,

Projetos integradores, inseridos no currículo do primeiro ao oitavo semestre, tem o objetivo de fazer pontualmente, a integração das disciplinas ministradas em cada período, garantindo a realização de atividades práticas pedagógicas, sob a forma de aulas em sala de aula e aula de campo, bem como as propostas capazes de promover a associação dos conteúdos disciplinares e a articulação desses conteúdos com as experiências individuais e coletivas. Nesse sentido garante-se, a um só tempo, a

prática da interdisciplinaridade e a interação dos discentes com os espaços da futura atuação profissional. (PPP, 2006, p. 15)

O Projeto Pedagógico chama a atenção para a imprescindível formação humanista que não pode estar isolada também de questões práticas. Assim “As disciplinas de formação docente devem ser ministradas com o mesmo espírito, ou seja, abarcando tanto as dimensões teóricas como as dimensões técnicas e permitir o exercício desses conhecimentos, de modo que possam ser inquiridos e aplicados à compreensão, planejamento, execução e avaliação de situações envolvendo o processo de ensino e aprendizagem.” (PPP, pag. 14).

Diante do exposto percebe-se um enorme salto de qualidade em relação a matriz curricular deste projeto em relação a matriz curricular da época em que a licenciatura era integrada ao bacharelado. Neste projeto, o egresso passou a ter contato com disciplinas pedagógicas desde o primeiro semestre do curso, diferentemente dos anos anteriores onde esse contato dava-se apenas nos últimos semestres. No entanto, o projeto não deixa muito claro qual a especificidade da disciplina que será ministrada no currículo do ensino médio. É explicitado que ela tem a pretensão de formar para a cidadania, mas, podemos entender que esse propósito não seja específico apenas da Sociologia, mas, de todas as disciplinas que compõem o currículo do ensino médio.

3.2. O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura do ano de 2013

O segundo projeto pedagógico do curso de Ciências Sociais modalidade licenciatura da UFAL teve sua aprovação em 2012 entrando em vigor a partir do primeiro semestre do ano de 2013. Tal projeto entra em vigor durante o governo de Dilma Rousseff que foi a primeira mulher a assumir a presidência (no início de 2011). Sua gestão dá prosseguimento a forma do governo de Lula, investindo em políticas sociais e em programas que visam a redução das desigualdades.

Nesse período, foram criadas 14 novas universidades federais e centenas de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. O projeto pedagógico desse período teve como comissão de elaboração os professores Amaro Xavier Braga, Elder Patrick Maia, Emerson do nascimento, Evaldo Mendes da Silva, Fernanda Rothenberg, Gabriel Miranda Sett, João Batista Bittencourt, João Vicente Lima Barroso, Júlio Cesar Gaudêncio, Lelan Queiroz Siqueira, Luciana da C. Farias Santana e Sílvia Aguiar Martins. Tal projeto pedagógico é a reformulação do projeto anterior para fins de atualização teórico-metodológica e adequação às novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os parâmetros legais, tomados como referência foram as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CP 9/2001), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP 1/2002 e 2/2002), os Pareceres CNE/CP 27/2001, 28/2001, 492/2001, 1.363/2001 e 17/2002, e a Resolução 32/2005-CEPE. Este projeto chama a atenção para a necessidade da inclusão dos temas da ética e cidadania, da sexualidade, das relações de gênero, da diversidade cultural, meio ambiente, direitos humanos e as questões de poder reconhecendo que a reflexão desses temas no campo das Ciências Sociais é a base na contextualização dos conteúdos. A inclusão desses temas estão de acordo com a resolução nº 01 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, tal resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Também está de acordo com a Lei 10.639, janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e também a Lei 11.645, março de 2008 onde estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Em 2013, o curso continua com seu funcionamento no período noturno em regime semestral com integralização mínima de 8 semestres ou 4 anos e máxima com 12 semestres ou 6 anos e 60 vagas ofertadas (30 para o 1º semestre e 30 para o 2º semestre, tendo como formas de ingresso ao curso a seleção pública, reopção, transferência e reingresso. Tem como documento de reconhecimento a resolução Nº 49-B/93 e Portaria Ministerial Nº475 de 22/02/2002 (DOU 25/02/2002 e a renovação do reconhecimento pela Portaria Nº 26 de 21/12/2012 publicada em 27/12/2012.

Nesse Projeto Político Pedagógico a carga horária do curso passa a ter 3180 horas distribuídas em três eixos de formação: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre. O eixo de Formação específica é formado por disciplinas obrigatórias com disciplinas para a Formação em Ciências Sociais com 920 horas e disciplinas para a Formação docente com 920 horas e ainda disciplinas eletivas com 180 horas. O eixo de formação complementar é formado por disciplinas obrigatórias com 220 horas. O eixo de formação livre é formado pelo Estágio Supervisionado obrigatório com 400 horas, o Trabalho de Conclusão de Curso com 300 horas e atividades complementares em forma flexível exigindo 200 horas/aulas. Este projeto traz como novidade a aprovação do Projeto Práticas Pedagógicas

mediadas pelas TICs junto às disciplinas Projetos integradores com o objetivo de adoção de um novo aparato metodológico.

Atualizando o projeto pedagógico de 2006, o presente projeto reafirma a perspectiva de formar profissionais com conhecimentos e práticas voltadas principalmente para a educação básica, com conhecimentos sólidos sobre o fundamento das Ciências Sociais e com a necessidade desse profissional ter conhecimento sobre estratégias para a transposição do conhecimento científico social em saber escolar. O projeto também explicita o funcionamento do colegiado do curso. Tal colegiado é definido de acordo com o Regimento Geral da UFAL de 30/01/2006, Título II, Capítulo V, Seção II, Art. 25 e Portaria Nº 55999 de 28 de junho de 2001. O colegiado é renovado dentro do intervalo de dois anos e é constituído por cinco professores do instituto de Ciências Sociais dentre eles o coordenador e vice coordenador e também um servidor técnico e um discente. No ano da implementação desse projeto pedagógico o colegiado era formado pelos docentes: Luciana da C. Farias Santana (coordenadora), Júlio Cesar Gaudêncio da Silva (Vice Coordenador), Amaro Xavier Braga Júnior, João Vicente Barroso da Costa Lima, Amurabi Oliveira e o representante técnico Lelan Queiroz Siqueira e representante discente Amanda Balbino.

O projeto enfatiza que o ensino deve ser ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e também na valorização do profissional da educação escolar. Importante destacar nesse momento que a disciplina de Sociologia já havia sido implementada no currículo e que o curso já dispunha de 5 de professores que tinham também a licenciatura como formação inicial e/ou pesquisavam sobre o campo de ensino.

Tais professores estavam envolvidos na coordenação do curso e na elaboração do documento norteador em consonância com a agenda de política nacional. Nesse sentido, segundo MAINARDES, FERREIRA, TELLO (2011) os textos são produto de múltiplas influências e agendas e a sua formulação envolve intenções e negociações dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas vozes são ouvidas. Destaca-se também nesse projeto a inclusão dos temas da ética e cidadania, da sexualidade, da diversidade cultural, meio ambiente, direitos humanos e as questões do poder relacionados a esses temas. Esses temas estão incluídos nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares do referido curso, além de estar de acordo com a Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2004; a Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003; a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008; e o PARECER CNE/CP 09/2001. Podemos dizer que essas questões ganharam voz e permissão dentro da matriz curricular de 2013 em consonância com a política curricular nacional. Assim podemos concordar com MAINARDES, FERREIRA, TELLO (2011):

A política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem efeitos de distribuir vozes, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investida de autoridade. Desse modo, com base em Foucault, Ball explica que as políticas podem tornar-se “regimes de verdade”. Na prática, os autores são imersos numa variedade de discursos, mas alguns discursos serão mais /dominantes que outros. MAINARDES, FERREIRA, TELLO (2011,p. 157)

Dito isto, a matriz curricular em 2013 se configurou da seguinte forma:

Tabela 5 -Ordenamento Curricular do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura por período – Projeto Político Pedagógico 2013.

1º semestre	Disciplina	Ch.Semanal	Ch. Total
1	Fundamentos Históricos e Filosóficos das Ciências Sociais	3	60
2	Profissão docente	3	60
3	Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	3	60
4	Organização do Trabalho Acadêmico	3	60
5	Projetos Integradores	2	40
6	História do Brasil	2	40

2º semestre	Disciplina	Ch.Semanal	Ch. Total
1	Antropologia 1	3	60
2	Ciência Política 1	3	60
3	Sociologia 1	3	60
4	Política e organização da Educação Básica	3	80
5	Projetos Integradores II	2	40
6	História de Alagoas	2	40

3º semestre	Disciplina	Ch.Semanal	Ch. Total
1	Antropologia 2	3	60
2	Ciência Política 2	3	60
3	Sociologia 2	3	60
4	Desenvolvimento e Aprendizagem	3	80
5	Projetos integradores III	2	40
6	Língua estrangeira 1	2	40

4º semestre	Disciplina	Ch.Semanal	Ch. Total
1	Antropologia 3	3	60
2	Ciência Política 3	3	60
3	Sociologia 3	3	60
4	Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	3	80
5	Projeto Integrador IV	2	40
6	Língua estrangeira	2	40

5º semestre	Disciplina	Ch.Semanal	Ch. Total
1	Pensamento Social Brasileiro	3	60
2	Metodologia das Ciências Sociais	3	60
3	Projeto Pedagógico e Organização do Trabalho Escolar	3	80

4	Projetos Integradores V	2	40
---	-------------------------	---	----

6º semestre	Disciplina	Ch.Semanal	Ch. Total
1	Eletiva	3	60
2	Pesquisa Educacional	3	60
3	Projetos Integradores VI	2	40
4	Introdução a Estatística	3	60

7º semestre	Disciplina	Ch.Semanal	Ch. Total
1	Pesquisa Quantitativa	3	60
2	Eletiva	3	60
3	Projetos Integradores VII	2	40
4	Seminário de Pesquisa em TCC	4	80

8º semestre	Disciplina	Ch.Semanal	Ch. Total
1	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	3	60
2	Pesquisa Qualitativa	3	60
3	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	3	60
4	Eletiva	3	60

	Estágios Supervisionados	Ch.Semanal	Ch. Total
1	Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I	5	100
2	Estágio Supervisionado em Ciências Sociais II	5	100
3	Estágio Supervisionado em Ciências Sociais III	5	100
4	Estágio Supervisionado em Ciências Sociais IV	5	100

Com a implementação do Projeto Político Pedagógico de do ano de 2013 além das 8 disciplinas implementadas no projeto anterior foram introduzidas mais 6 disciplinas voltadas para a formação docente passando para 14 disciplinas no total. Tais disciplinas foram implementadas no oitavo período do curso.

A primeira, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena tem como proposta o estudo da História da África e dos africanos no Brasil, História indígena e indigenismo no Brasil bem como as Relações étnico-raciais no Brasil e Culturas afro-brasileiras e indígenas. Essa disciplina está vinculada à lei 1164/2008. Tal lei modifica a lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação. O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

A segunda disciplina Língua Brasileira de Sinais tem como objetivo o estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

As outras quatro disciplinas são os estágios supervisionados compondo uma carga horária de 400 horas. Essas disciplinas têm como objetivo o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos através do contato com a prática de campo. Seus objetivos se configuram da seguinte forma:

O Estágio supervisionado em Ciências Sociais I traz a Problematização do espaço escolar enquanto objeto de investigação das Ciências Sociais: Abordagens clássicas e contemporâneas. Estado, Educação e Políticas Públicas no Brasil. Histórico das Ciências Sociais na Educação Básica no Brasil. Primeira aproximação com o ambiente escolar, através da observação e do desenvolvimento de projetos de pesquisa.

O Estágio Supervisionado em Ciências Sociais II traz reflexões em torno dos primeiros manuais de sociologia na primeira metade do século XX, Currículo de Ciências Sociais no Brasil e em Alagoas, Parâmetros Curriculares Nacionais e Orientações Curriculares Nacionais em Sociologia, Plano Nacional do Livro Didático - PNLD, análise dos livros didáticos de Sociologia e elaboração de material didático próprio. Observação in loco das atividades de ensino de sociologia, análise dos aspectos estruturais da escola e das condições de trabalho do professor de sociologia.

O Estágio Supervisionado em Ciências Sociais III trará ensinamentos em torno do planejamento e execução de aulas, discussão em torno dos desafios postos ao planejamento das aulas de ciências sociais. Discussão sobre Ciências Sociais e senso comum, articulação entre material didático e os planos de ensino. Observação do planejamento de um professor de sociologia e sua execução, desenvolvimento e execução de um primeiro plano de aula e primeiras aulas a serem realizadas junto às escolas.

O Estágio Supervisionado em Ciências Sociais IV trabalhará estratégias didáticas e avaliativas em ciências sociais, as possibilidades metodológicas e a avaliação em Ciências Sociais na Educação Básica. Continuidade nas atividades de regência em sala de aula, acrescentando-se a elaboração de uma atividade avaliativa, a ser corrigida pelo estagiário.

Com a reintrodução da disciplina de Sociologia no currículo do ensino médio em 2008 percebe-se um grande avanço na configuração desse projeto implementado em 2013. A

introdução de novas disciplinas e inclusão de novas temáticas a serem trabalhadas nessas disciplinas imprescindíveis ao pensar sociológico nos faz perceber um salto de qualidade no que diz a formação docente dos egressos. O ensino da disciplina se consolida e com isso também a preocupação do que ensinar e como ensinar de modo que não apenas formar para a cidadania seja a preocupação do projeto político-pedagógico nesse momento.

3.3. O Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura do ano de 2018

Em agosto de 2016, houve o golpe parlamentar e empresarial que aprovou o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef liderado por parte da sociedade conservadora. Michel Temer assume a presidência alterando as políticas educacionais que estavam em curso no Brasil. Segundo UCZAK, BERNADI, ROSSI (2020) no campo educacional, a gestão democrática passou a conviver cada vez mais com práticas gerencialistas e com a ampliação da influência do setor privado mercantil na elaboração de políticas, do seu conteúdo e execução.

Nesse sentido, o que presenciamos foi o crescimento de parcerias público-privadas substituindo o discurso do direito à educação pelo discurso da oferta de produtos educacionais aos consumidores. Em meio a esse contexto é elaborado em 2017 e implementado em 2018 no curso de Ciências Sociais o Projeto Político Pedagógico de 2018.

Com 164 páginas o projeto pedagógico matriz 2018 é reformulado para fins de atualização teórico-metodológica e adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e resoluções internas da UFAL, contendo 10 tópicos, além das referências, anexos e apêndices.

O Projeto de 2018 primeiramente faz uma contextualização do curso apresentando o contexto regional e local além do histórico do curso já explicitado nos projetos anteriores. É importante salientar que o coordenador do curso nesse período além de Bacharel em Ciências Sociais também é Licenciado em Sociologia. Tal projeto se constitui pela necessidade do processo de aprimoramento do Projeto Pedagógico anterior por conta das demandas instituídas pelo Ministério da educação (MEC) através da resolução CNE/CP nº 2/2015 e pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) por meio da Resolução nº 06/2018 do Conselho Universitário - CONSUNI/UFAL.

O curso se dá no período noturno em regime semestral de forma presencial tendo como forma de ingresso a prova do ENEM - Exame nacional do Ensino Médio e plataforma SISU/MEC - Sistema de Seleção Unificada/Ministério da Educação. O documento prevê o tempo de integralização do curso em 9 semestres ou 4 anos e meio (mínimo) e 13 semestres ou 6 anos e meio (máximo) exigindo uma carga horária de 3582 horas distribuídas em 2326 horas

em disciplinas obrigatórias, 216 horas em disciplinas eletivas, 400 horas em estágio supervisionado, 80 horas com trabalho de conclusão de curso, 200 horas para atividades complementares e 360 horas para atividades curriculares de extensão.

Esse novo projeto chama a atenção no sentido em que o curso tem o papel fundamental na contribuição direta ou indiretamente para a transformação do cenário de desigualdade em Alagoas pois compreende o papel da formação de professores no fomento à postura crítica ao combate às desigualdades. Com essa perspectiva o documento prevê os objetivos do curso que são eles:

- “• Propiciar ao alunado condições de **atualização constante** em relação ao **conhecimento produzido pelas ciências sociais** e à dinâmica do processo **ensino-aprendizagem**, particularmente, na perspectiva voltada ao entendimento das ciências sociais, propiciando a sua positiva **intervenção na perspectiva interdisciplinar**;
- Possibilitar aos/as alunos/as, a partir da incorporação de metodologias e ações que envolvem o **planejamento e organização de recursos** e serviços para a promoção da **acessibilidade, o desenvolvimento pleno de suas competências acadêmicas**;
- Fomentar, no processo contínuo e interdisciplinar da **aprendizagem** para nossos discentes, a **transversalidade**, incluindo - a partir da incorporação nas ementas das disciplinas, na pesquisa, e na extensão - temáticas relacionadas às **questões étnico-raciais, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental**;
- Desenvolver **práticas de inclusão e acessibilidade**, fomentando a construção de **estratégias metodológicas e avaliativas** que favoreçam a **participação de estudantes** com diferentes condições e funcionalidades;
- Fornecer os elementos que possibilitem aos/as alunos/as egressos/as do curso, atuar nos diferentes contextos que envolvem a **gestão pedagógica, a partir do comprometimento com a ética profissional**;" (PPP, 2018, p. 19)

Observando esses objetivos, percebe-se que esse documento prevê que o conhecimento em Ciências Sociais não é estático de forma que é necessário uma atualização constante desse conhecimento no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, sendo necessária uma perspectiva interdisciplinar. Para isso é preciso planejamento e organização de recursos para que o aluno tenha acessibilidade e desenvolva suas competências acadêmicas. A aprendizagem será baseada na transversalidade e o documento aponta a importância das temáticas relacionadas às questões étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental. Nesse contexto, o projeto também prevê a inclusão de e acessibilidade dos alunos com diferentes condições e a preocupação de formar esses alunos para que possam atuar também na gestão pedagógica com comprometimento e ética profissional. Importante destacar que essas preocupações quase não aparecem em contextos anteriores.

Diante desses objetivos o ordenamento curricular desse período se configurou da seguinte forma:

Tabela 6 - Ordenamento Curricular do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura por período – Projeto Político Pedagógico 2018

1º Período	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Introdução a Sociologia	4	72
2	Introdução à Ciência Política	4	72
3	Introdução à Antropologia	4	72
4	Profissão docente	4	72
5	Organização do trabalho acadêmico	4	72

2º Período	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Sociologia 1	4	72
2	Antropologia 1	4	72
3	Ciência Política 1	4	72
4	Política e organização da Educação Básica	4	72
5	Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais 1	4	72

3º Período	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Sociologia 2	4	72
2	Antropologia 2	4	72
3	Ciência Política 2	4	72
4	Didática	4	72
5	Desenvolvimento da Aprendizagem	4	72

4º Período	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Sociologia 3	4	72
2	Antropologia 3	4	72
3	Ciência Política 3	4	72
4	Gestão da Educação do Trabalho escolar	4	72
5	Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais	5	100

5º Período	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Pensamento Social Brasileiro	4	72
2	Metodologia das Ciências Sociais	4	72
3	Metodologia de Ensino das Ciências Sociais	4	72
4	Libras	3	54
5	Prática de Extensão em Ciências Sociais 1	6	120

6º Período	Disciplina	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Pesquisa quantitativa	4	72
2	Pesquisa Qualitativa	4	72
3	Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais 2	5	100
4	Estágio Supervisionado 1	5	100

7º Período		Ch. Semanal	Ch. Total
1	Pesquisa Educacional	4	20
2	Sociologia da educação	4	20
3	Estágio Supervisionado 2	5	100
4	Prática de Extensão em Ciências Sociais 2	6	120

8º Período	Disciplinas	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Educação e Diversidade	4	72
2	Eletiva	4	72
3	Saberes e Práticas em ensino de Ciências Sociais 4	5	100
4	Estágio Supervisionado 3	5	100

9º Período	Disciplinas	Ch. Semanal	Ch. Total
1	Eletiva	4	72
2	Eletiva	4	72
3	Estágio Supervisionado 4	5	100
4	Prática de extensão em Ciências Sociais 3	6	120

No projeto pedagógico de 2018, além das 8 disciplinas implementadas em 2006 e das 6 introduzidas em 2013 foram incorporadas mais 9 disciplinas voltadas à formação docente passando para um total de 18. A partir do segundo período o egresso terá contato com a disciplina Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais 1, na qual terá conhecimento acerca do Histórico das Ciências Sociais na Educação Básica no Brasil, Análise dos marcos regulatórios do ensino de Sociologia no Ensino Médio, Formação e prática docente em Ciências Sociais a Relação Universidade e Escola visando o mapeamento dos desafios enfrentados na disciplina na Educação Básica, buscando apresentar propostas de recursos e melhorias para o ensino da disciplina, com foco na relação entre teoria e prática.

No terceiro período foi implementada a disciplina de Didática que estuda os processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação. Ao mesmo tempo, a disciplina de Gestão da Educação e do trabalho escolar com foco no Estudo da gestão educacional no âmbito do (s) sistema (s), com foco no planejamento, e da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, tendo como eixo o projeto político-pedagógico. Nesse mesmo período há a continuidade da disciplina Saberes e práticas em Ensino de Ciências Sociais agora no módulo 2 com foco em Culturas juvenis, práticas pedagógicas, a extensão como instrumento de mediação teórico-prática e elaboração e execução de atividade de extensão com ênfase na relação Educação e Ciências Sociais.

No quinto período houve a implementação da Metodologia de Ensino em Ciências Sociais com o objetivo de discutir as mediações pedagógicas com foco no planejamento, técnicas de ensino e aprendizagem no ensino de sociologia, recursos didáticos e as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

No sexto período, observamos a continuidade da disciplina Saberes e práticas em Ensino de Ciências Sociais agora no módulo 3 com a discussão sobre: currículo. Mediação didática para o ensino de Sociologia no ensino médio, Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e a elaboração de oficinas didáticas, com foco na relação entre teoria e prática.

No sétimo período temos a implementação da Sociologia da Educação voltada ao estudo do pensamento sociológico sobre educação. A disciplina trará debates sobre a educação não formal e escolar, estudos socioculturais da escola, dos sistemas escolares, do processo educativo e de seus agentes, bem como estruturas de poder e transmissão de capital escolar. e os impactos das tecnologias de informação e comunicação (TICs) sobre os processos educacionais.

O oitavo período se dá com o último módulo de Saberes e práticas em Ensino de Ciências Sociais com a perspectiva de elaboração de materiais didáticos para o ensino de Sociologia no Ensino Médio, com foco na relação entre teoria e prática seguido da disciplina de Educação e Diversidade que tem foco nos estudos da Diversidade e Cultura numa perspectiva antropológica.

Com essa configuração o projeto político pedagógico 2018 está inserido dentro de um contexto político que começa com Temer que significou a ascensão de uma agenda de privatização, desmonte de leis educacionais como a LDB, descumprimento do Plano Nacional de Educação bem como a prevalência de uma agenda de empresarial dentro da educação. Contexto que foi da aprovação da Reforma empresarial do Ensino Médio e da promulgação da Base Nacional Comum Curricular as quais propõem mudanças que impactam os conteúdos do ensino de Sociologia nas escolas.

Mesmo dentro desse contexto, o processo de pensar e praticar o ensino de Sociologia tem se consolidado cada vez mais. Observa-se claramente as mudanças nas preocupações ocorridas desde o primeiro projeto em 2006 e principalmente desde o projeto do período em que o curso de licenciatura funcionava de forma associada ao bacharelado. Esse último projeto prioriza um rigor maior na formação para a tradução dos saberes acadêmicos e saberes escolares. Busca-se a especificidade das Ciências Sociais e a diversidade de caminhos possíveis para essa formação. Esse contexto é marcado pelo fortalecimento de espaços acadêmicos para a apresentação de trabalhos científicos e revistas acadêmicas etc. na área de Educação e Ciências Sociais. Tendo como exemplo a atuação da Associação Brasileira de Ensino de Sociologia (ABECS), o encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia (ENESEB) sob iniciativa da Sociedade

Brasileira de Sociologia, a discussão do tema em congressos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a criação de cursos de pós-graduação em Ensino de Sociologia. Todas essas comunidades epistêmicas além do intenso ritmo de desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação aumentando os desafios impostos à disciplina influenciaram no aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico.

3.4 – O perfil e a fala dos Docentes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL.

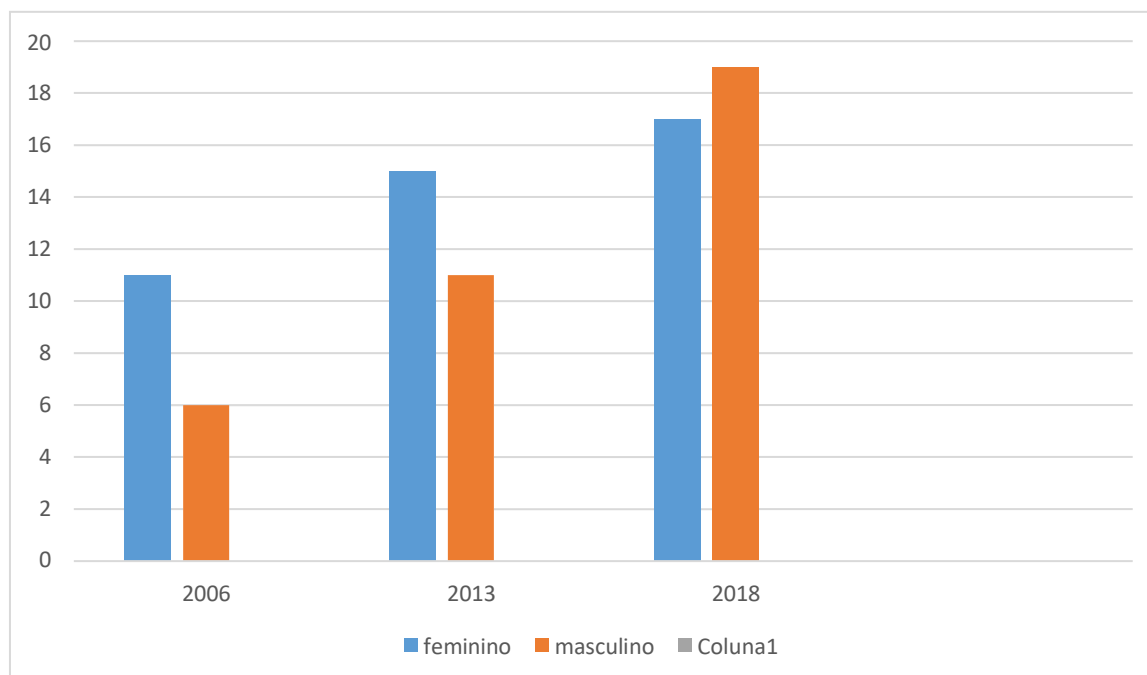
O desejo diz: Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com quem tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz. (FOUCAULT, 1996, p. 7)

Ao pensar em contexto geral segundo LOPES (2011) baseada na perspectiva analítica de BALL, as políticas curriculares: (a) constituem-se em um conjunto de textos (representações) e de discursos (práticas); (b) estão imersos numa rede de discursos; (c) não são independentes de história, poderes e interesses que se espriam capilarmente e;(d) tem seus sentidos modificados pela migração de textos e discursos de um contexto a outro, por processos de recontextualização que produzem híbridos culturais.

Lopes (2006) ao tratar dos discursos nas políticas de currículo defende a superação de modelos que entendem que o Estado tem o papel central e vertical na produção de políticas de currículo. Para a autora existe uma contraposição entre Estado e comunidades epistêmicas. Tais comunidades epistêmicas fazem circular no campo educacional, discursos que são base da produção de sentidos e significados para as políticas de currículo em muitos contextos, em uma constante tensão homogeneidade-heterogeneidade.

A partir desse momento, foram realizados concursos onde houve uma nova configuração do quadro docente do referido curso. O quadro docente em 2006 era formado por 17 professores, onde 11 eram do sexo feminino e 6 professores do sexo masculino. Já em 2013 o quadro docente passou a ser formado por 26 professores. Desses 26 professores 15 são do sexo masculino e 11 do sexo feminino. O quadro da Licenciatura em 2018 passou a ser composto por 29 professores. Desses 29 professores 17 são do sexo feminino e 19 do sexo masculino.

QUADRO 1 – Docentes Licenciatura- UFAL/SEXO

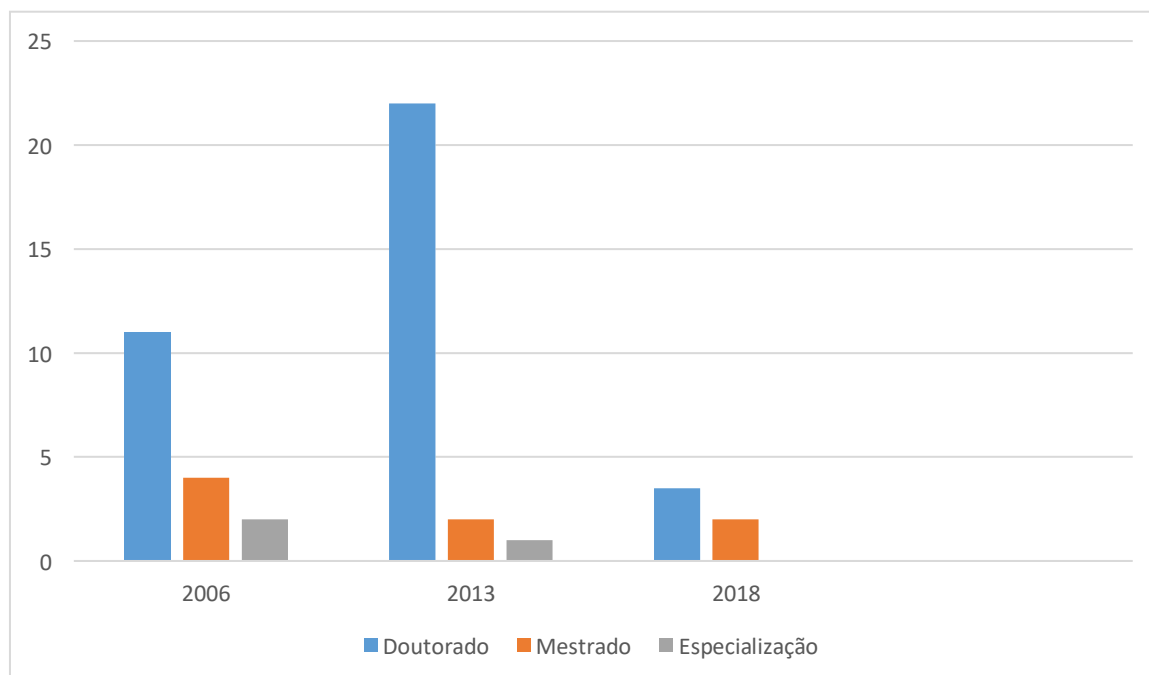


Fonte: Currículo Lattes (CNPq) dos docentes consultado em fev/2020

Observa-se no gráfico acima que a medida que foram implementados os novo Projetos Político Pedagógicos houve a entrada de novos professores e uma equiparação do quadro docente em relação ao sexo.

Em relação à titulação dos docentes, em 2006 o quadro docente era formado por 11 Doutores, 4 Mestres e 2 Especialistas. Em 2013 esse quadro passou a ser composto por 22 Doutores, 1 Pós-Doutor, 2 Mestres e 1 Especialista. Observando o quadro docente de 2018 o número passa para 12 Pós-Doutores, 15 Doutores e 2 Mestres.

QUADRO 2 - Docentes Licenciatura – UFAL/Titulação

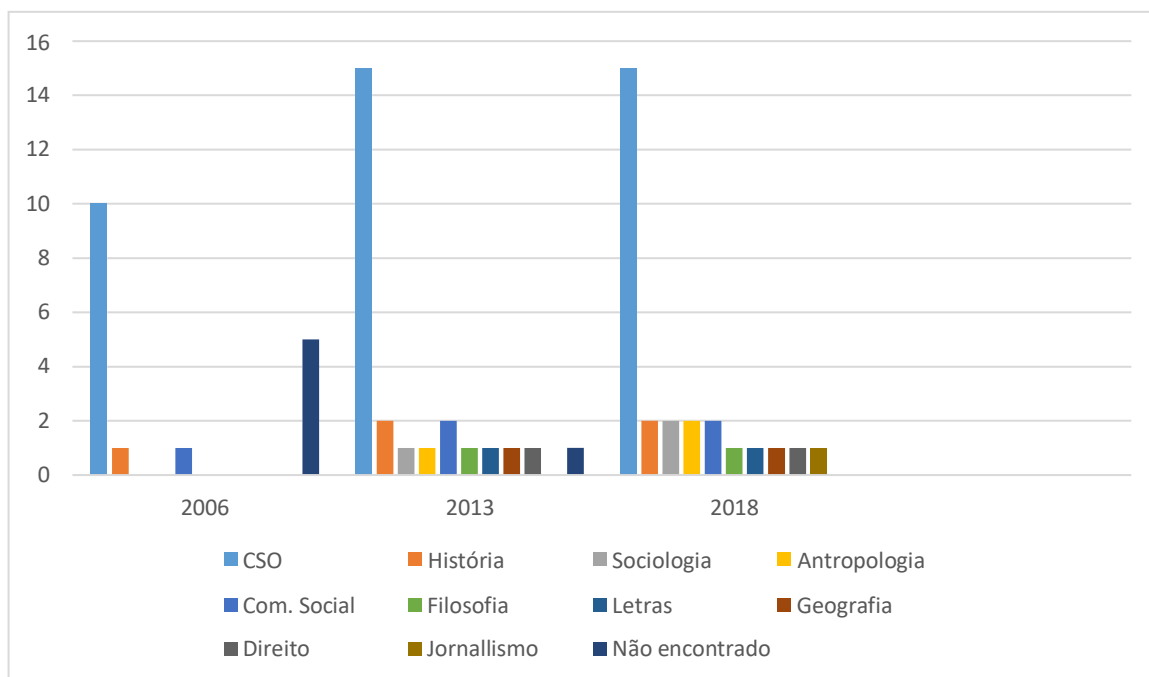


Fonte: Currículo Lattes (CNPq) dos docentes consultado em fev/2020

O gráfico acima nos mostra as mudanças ocorridas nos três tempos em relação a formação continuada dos docentes. O ano de 2006 não contava com nenhum docente que tenha realizado Pós-Doutorado, já em 2013 o curso já contava com um Pós-Doutor onde essa realidade muda em 2018 tendo no quadro docente 12 docentes com Pós-Doutorado.

Em relação a formação inicial dos professores da Licenciatura em 2006 quando o quadro docente era formado por 17 professores, 10 desses professores tinham como formação inicial as Ciências Sociais sendo 9 bacharéis e 1 Licenciado. Um era formado em História e 5 não foi encontrada a informação. Já o ano quadro docente de 2013 formado por 26 professores como dito anteriormente, é formado por 15 professores com formação inicial em Ciências Sociais seguido por 11 professores com formação inicial em diversas áreas (Letras, História, Direito, Geografia, Filosofia, Comunicação Social, Antropologia, Filosofia). Em 2018, é mantido o número de 15 professores com formação inicial em Ciências Sociais.

QUADRO 3 – Docentes Licenciatura UFAL/Formação Inicial



Fonte: Currículo Lattes (CNPq) dos docentes consultado em fev/2020

É importante salientar que o quadro docente em 2006 era formado com apenas um professor que tinha também a Licenciatura como habilitação onde o mesmo participou da elaboração do primeiro projeto pedagógico. É possível pensar que nesse momento já havia um movimento pela inclusão da disciplina de Sociologia no ensino médio tendo em vista que dois anos após da implementação do projeto, entra em vigor a Lei 11.684/2008 que torna obrigatória a disciplina de Sociologia no ensino médio. Na vigência do projeto de 2013 é possível perceber que passa para 5 o número de professores do quadro que também são licenciados em sua maioria em Ciências Sociais. Em 2018 o número de Licenciados sobe para 6. É importante observar também que esses professores passam a atuar diretamente nas comissões de elaboração dos projetos pedagógicos bem como na coordenação do curso. Podemos descrever esse movimento como articulado com uma política de currículo nacional onde os agentes disputam espaço para a consolidação de suas ideias.

“Orientamo-nos pela concepção de currículo como arena de lutas em busca da hegemonia de uma determinada concepção, portanto como política cultural que visa orientar determinados desenvolvimentos simbólicos, obter consenso, para dada ordem e/ou alcançar uma transformação social almejada (CANCLINI, 2001). Como política cultural é uma luta discursiva pela constituição de representações que envolve negociação, isto é, articulação discursiva na qual alguns grupos sociais particulares buscam defender determinadas demandas curriculares e para tal constituem representações.” (OLIVEIRA, LOPES, 2011, p.28)

No mesmo sentido, podemos dizer que os projetos pedagógicos são textos que fazem parte da articulação com uma política nacional. Nesses textos estão contidos diversos discursos que se articulam entre si. “Assim, discurso é uma política articulatória que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço social (OLIVEIRA, LOPES, 2011).

Durante um longo período de tempo teve-se a ideia de que ser professor de Sociologia seria uma função de menos prestígio social diante da função de pesquisador. Segundo GAUDÊNCIO, SOUZA, NUNES (2017) “o que observamos, tanto no contexto de Alagoas como no resto do país, é um modelo de formação para licenciados inspirado nos cursos de bacharelado, pois prevalece o ensino dos conteúdos específicos e a formação prática assume papel apenas secundário. Mesmo com esse cenário percebe-se hoje que o subcampo de ensino de Sociologia vem ganhando cada vez mais espaço na arena de lutas se constituindo como um campo de poder. Nesse sentido

“Assim, na formulação de textos, há interesses e crenças diversos que fazem com que os projetos definidos na arena de lutas do contexto de influência se apresentem como ressignificação desses mesmos projetos por sujeitos que lhes amalgamam resultados particulares em meio a processos articulatórios. De igual forma, no contexto da prática, há histórias, experiências, valores, propósitos e relações de poder não fixas que acabam por desterritorializar os sentidos que se pretendiam fixos, ressignificando-os em novos discursos e textos da micropolítica. (OLIVEIRA, LOPES, 2011, p.21)

As entrevistas realizadas com os docentes fazem-nos refletir e direcionar nosso pensamento para entendermos como se constitui e se constitui o processo de formação docente no curso de Ciências Sociais da UFAL. Para nossa análise foram escolhidas a fala de quatro professores onde dois deles são professores que atuaram no curso desde a implantação do primeiro Projeto Político Pedagógico e os outros dois professores que passaram a lecionar no curso com a implementação do Projeto Pedagógico de 2013 até os dias atuais. Selecionamos os trechos mais significativos para nosso objetivo. O roteiro de entrevista foi dividido em dois blocos onde o primeiro bloco com 10 perguntas versam sobre a sua identificação e formação profissional e o segundo bloco com 16 perguntas, sobre sua atuação enquanto docente no curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alagoas. Dito isso, primeira sessão foi roteirizada da seguinte forma:

● Identificação/Formação Profissional

1. Sexo: F () M ()

2. Nome:

3 Idade:

4. Formação inicial : _____

() bacharelado () licenciatura

5. Como se deu sua formação profissional

6. Como era o currículo do curso?
7. Que perfil profissional o curso buscou formar?
8. Na sua avaliação, o curso o qualificou para atuar como docente ou pesquisador?
9. Desde quando é professor? Conte-me um pouco como ocorreu isso.
10. O senhor (a) gosta mais de pesquisar ou ensinar?

Ao perguntar ao docente 1 com idade de 64 anos e formação inicial em Ciências Sociais modalidade Bacharelado sobre como se deu sua formação profissional e como era o currículo do seu curso obtivemos a seguinte resposta:

“Durante os 4 anos de graduação eu fiz estágio em pesquisas sociais em diversas instituições de ensino, pesquisa, públicos e privados. Comecei a dar aulas em 1983 e tenho carteira assinada como pesquisadora desde 1977. Curso formador de pesquisadores com carga horária distribuída equitativamente entre Antropologia, Ciência Política, Sociologia e Metodologia de Pesquisa. ”

O docente 2 também Bacharel em Ciências Sociais respondeu da seguinte forma:

“Durante os 4 anos de graduação eu fiz estágio em pesquisas sociais em diversas instituições de ensino, pesquisa, públicos e privados. Comecei a dar aulas em 1983 e tenho carteira assinada como pesquisadora desde 1977. Curso formador de pesquisadores com carga horária distribuída equitativamente entre Antropologia, Ciência Política, Sociologia e Metodologia de Pesquisa. ”

Professor 3

Eu me graduei em História, Licenciatura. Tive muita influência dos meus pais que eram professores. Apesar do curso ser de Licenciatura eu vi poucas disciplinas voltadas para a docência.

Professor 4

Meu curso foi de Bacharelado, voltado a formar pesquisador. Depois fiz Mestrado e Doutorado o que me habilitou a tornar-me professora universitária.

Acreditamos que a formação inicial do docente tende a influenciar diretamente no processo de formação do egresso de Ciências Sociais principalmente quando este docente não participa de alguma atividade que discuta o processo de formação para o licenciado.

A pergunta relativa à avaliação de que perfil o curso buscou formar os professores 1 e 2 responderam que o curso em que obtiveram sua formação inicial era voltado para formar bacharéis, no entanto, o curso o qualificava para atuar como pesquisador quanto professor. Vejamos:

(Pergunta) Na sua avaliação, o curso o qualificou para atuar como docente ou pesquisador?

Professor 1: Ambos. Embora não tenha tido disciplinas de licenciatura, a excelente qualidade dos meus professores me permitiu observar o que era dar aulas numa graduação.

O segundo bloco de questões tem a perspectiva de investigar a atuação dos docentes no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL com perguntas relacionadas ao conhecimento sobre o histórico do curso, as mudanças curriculares e conhecimentos voltados à formação do professor para o ensino médio. Foi um bloco de questões composto de 16 perguntas que foi estruturado da seguinte forma:

1. O senhor(a) poderia falar um pouco sobre o histórico do curso de Ciências Sociais da UFAL, enfatizando sua criação e mudanças curriculares?
2. Quais disciplinas você costuma ministrar?
3. Você participou de mudanças curriculares do curso de Ciências Sociais da Ufal? Quais?
4. Com as mudanças curriculares ocorridas no curso a incorporação das disciplinas de Sociologia no ensino médio, houve mudança na sua forma de ministrar aulas?
5. Tem alguma especificidade de ser professor da Licenciatura em Ciências Sociais?
6. Quais são suas principais referências para ministrar aulas na Licenciatura?
7. O senhor tem conhecimento dos livros didáticos de Sociologia do PNLD?
8. O senhor (a) conhece a legislação relacionada ao ensino básico?
9. Conhece o currículo voltado para a educação básica de Alagoas?
10. Há elementos que compõem a identidade profissional do professor das licenciaturas em Ciências Sociais?
11. Há temas e problemas relativos ao ensino e a docência que chamam sua atenção? Quais
12. Com o que você se identifica: professor? Sociólogo?
13. Você participa de algum grupo de trabalho ou grupo de pesquisa voltado para o ensino de Sociologia na educação básica?
14. Você percebe se existe no curso uma hierarquia entre bacharelado e licenciatura?
15. Quais congressos, seminários ou reuniões costuma frequentar na área de Sociologia?
16. Como professor, como avalia o curso Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL hoje?

Nas primeiras perguntas desse bloco de questões foi solicitado aos docentes que falassem sobre o histórico do curso enfatizando sua criação e suas mudanças curriculares e quais disciplinas costuma ministrar

Professor 1

Como é sabido de 1994 até 2006 trabalhamos no modelo formativo conhecido como 3 + 1. A partir de então, passamos a ter um curso de bacharelado e outro de Licenciatura, com dois projetos pedagógicos e dois colegiados. As mudanças curriculares se dão, como não poderia ser diferente, em função de um esforço por combinar a demanda do mercado local com as formações específicas do corpo docente. Por ser decana de Política, dei todas as disciplinas de Política. Mas também dei várias Sociologias e Metodologia e Métodos e Técnicas. A partir de 2006, por ter identificado várias carências no curso de Licenciatura, dei prioridade às disciplinas deste curso, concentrada na área de CP e aos poucos, fui introduzindo disciplinas eletivas e depois assumi obrigatórias sobre ensino de Ciências Sociais na Educação Básica.

Professor 2

“ Veja, eu percebo que à medida que esses concursos para professores efetivos avançavam ingressava um corpo docente de professores cada vez mais formados numa visão bastante pragmática de formação dos alunos e um curso voltado mais para

o mercado de trabalho e eu acho que o papel fundamental, essencial de uma universidade não é essa preocupação de formar pessoal pra mercado de trabalho. A universidade tem que se preocupar fundamentalmente com a produção de conhecimento, é esse o papel central de uma universidade e acho que esse pessoal mais jovem que foi ingressando nos cursos ao longo dos anos, eles tinham essa visão pragmática e essa visão mais pragmática ela se espelhava também né, também na concepção das grades curriculares. Então aquela formação do cientista social calcada na tradição do ensino dos clássicos ela foi paulatinamente sendo golpeada eu diria. Hoje você tem formação de Cientistas Sociais que se quer dominam as matrizes do pensamento sociológico. Eu gosto muito de pegar os clássicos da Sociologia e Sociologia do trabalho. São as duas disciplinas que eu me fixo[...].”

Professor 3

Eu não tenho conhecimento sobre o histórico do curso, mas no site do curso, eu sei que tem lá. Você pode procurar lá.

Nesse mesmo bloco de questões foram feitas perguntas relacionadas ao conhecimento sobre a legislação e o currículo voltado para a educação básica no estado de Alagoas. Dos quatro professores, apenas um tinha conhecimento sobre tal legislação. Ao mesmo tempo, foi perguntado se os professores tinham algum conhecimento sobre os livros didáticos de Sociologia que fazem parte do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, mais uma vez apenas um desses professores tinha conhecimento sobre tais livros tendo participado do grupo de professores que selecionou os primeiros livros didáticos de Sociologia em 2012 tendo a oportunidade de depois trabalhar com esses livros quando coordenou o primeiro Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID².

Perguntado sobre as mudanças curriculares ocorridas ao longo do curso e com a implementação da Sociologia como disciplina nas séries do ensino médio houve alguma preocupação e mudança na maneira de lecionar no sentido de formar professores com saberes e práticas para esse segmento obtivemos as seguintes respostas:

Professor 1:

“A primeira disciplina sobre o assunto (na UFAL) foi criada por mim como eletiva e nunca tinha menos de 30 matriculados nos 5 semestres em que foi ofertada. Depois disso assumi todos os projetos integradores e fiz com que seus conteúdos discutissem o tema. Também na Licenciatura como professora de Política 1, 2, 3, 4, 5 e 6 procurei explorar temas educacionais como exemplos para ilustrar os conteúdos teóricos.

² O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID é um programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica, vinculado a Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB – da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O PIBID oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de área – docentes das licenciaturas - e por supervisores - docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades.

Qualquer professor ou professora atento ao seu ofício deve mudar suas aulas sempre. Devemos atualizar os conteúdos e prestarmos atenção às conjunturas e contextos acadêmicos nos quais atuamos. ”

Professor 2:

“Não, por que eu não sou muito vinculada àquelas disciplinas pedagógicas, eu não tenho esse histórico na minha trajetória de, das mais próximas metodologias, das didáticas que o curso de Licenciatura enfatiza. Essa preocupação pedagógica ela não foi integrada devidamente, eu posso até lamentar, não foi integrada devidamente na minha formação”

Professor 3:

“Não, eu não mudei não. Eu não me preocupo, pois, essas questões pedagógicas ficam a cargo do pessoal da Educação, as minhas disciplinas são específicas do curso de Ciências Sociais. ”

A página 45 do Projeto Político Pedagógico do ano de 2018 informa que:

“pela própria natureza experimental, necessária à formação do licenciado em Ciências Sociais, e tendo em vista a preocupação relacionada à prática do ensino de Ciências Sociais e as demais atividades identificadas com a formação dos discentes, parte das disciplinas ou atividades do curso terão garantidas sua dimensão prática. Isso é particularmente importante para as disciplinas da área específica de Formação Docente, o que não exclui a sua incorporação às disciplinas do eixo de formação específica às quais versam sobre os conhecimentos de cunho antropológico, político e sociológico. Os professores destas disciplinas, ao mesmo tempo em que tratarão dos conteúdos específicos, deverão desenvolver atividades tais como: realização de seminários, planejamento e execução de unidades didáticas, elaboração de textos didáticos, análise de livros didáticos, análise e utilização de kits experimentais etc.” (PPP, 2018, p 45)

Diante das respostas dadas pelos docentes, percebemos que a maioria deles não mudaram sua prática de ensino, mesmo com a orientação do documento norteador chamando a atenção da necessidade da preocupação com a prática docente. Mesmo sendo professores do eixo de formação específica de cunho antropológico, político ou sociológico. Então poderíamos dizer que tais ações fazem parte de uma ideia de cursos voltado para uma lógica bacharelesca. Segundo OLIVEIRA, LOPES (2015) baseadas em Laclau, discurso deve ser entendido como uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e simbólica simultaneamente, na medida em que o material não existe separado de sua significação. Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, instituições, são ações de significação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram observados os três Projetos Pedagógicos do curso de Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. O projeto do ano de 2006 é o primeiro da modalidade licenciatura. Tal projeto aponta uma carga horária total do curso com 3420 horas, tendo uma duração mínima do curso de 4 anos e máxima de 7 anos neste período o curso oferecia 40 vagas. Neste projeto é apontado que o curso formará profissional apto para atuar no magistério da Educação básica, seja na docência da sua área de competência (Antropologia, Sociologia, e Ciência Política) ou na gestão do trabalho educativo e tendo como campo de atuação instituições públicas e privadas de Educação Básica (ensino fundamental e médio). Na vigência desse projeto foram incluídas 7 disciplinas voltadas para a formação docente.

O projeto pedagógico de 2013 atualiza o documento de 2006. O novo documento reafirma a perspectiva de formar profissionais com conhecimentos e práticas voltadas principalmente para a educação básica, com conhecimentos sólidos sobre o fundamento das Ciências Sociais e com a necessidade desse profissional ter conhecimento sobre estratégias para a transposição do conhecimento científico social em saber escolar. A carga horária do curso passa a ter 3180 horas distribuídas em três eixos de formação: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre. O eixo de Formação Específica é formado por disciplinas para a formação em Ciências Sociais com 920 horas e disciplinas para a formação docente também com 960 horas. Nesse projeto as disciplinas para a formação docente passam de 7 para 14. O Projeto Pedagógico matriz de 2018 tem como finalidade formar licenciados em Ciências Sociais em condições de atuarem nas escolas da rede pública e privada da Educação Básica, de acordo com as atuais exigências pedagógicas. Para efeito de adequação às orientações, tais eixos da organização curricular anterior foram ressignificados e passaram a ser denominados de Núcleo de Formação Geral, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação e Núcleo de Estudos Integradores. Passando a ter uma carga horária total com 3582 horas o projeto prevê disciplinas para a Formação Docente com 774 horas e também disciplinas voltadas para Saberes Práticos em Ensino com 400 horas. Agora essas disciplinas somam um total de 25. O quadro docente a partir do ano de 2018 passa a ter 29 professores.

Feita a análise dos Projetos Pedagógicos implementados ao longo dos anos no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas percebe-se a preocupação e a exigência de novos sentidos no que diz respeito a formação do professor que vai atuar no ensino médio, no entanto ao observar a formação dos quadros docentes do curso de Ciências

Sociais/Licenciatura da UFAL em sua grande maioria é pautada de uma perspectiva bacharelesca, poucos professores possuem licenciatura como formação inicial ou são envolvidos em alguma discussão no que se refere a formação de professores para atuar no ensino médio, isso parece refletir diretamente em sua prática docente. Isso nos faz entender que ainda existem amarras na lógica de um modelo de universidade pautada numa perspectiva alemã e em especial no primeiro projeto pedagógico do curso quando a licenciatura não era dissociada do bacharelado. Segundo OLIVEIRA (2017) “A montagem do nosso primeiro projeto aprovado pelo MEC teve como referência os currículos de cursos de Ciências Sociais bem-conceituados na CAPES, como o da UFMG, da UFRGS, UFPE e UNB (todos recebidos pelos correios, por gentileza de amigos que tínhamos nestes cursos, num mundo antes da internet). Ao entrevistar o quadro docente foi entendido que mesmo sendo preconizado pelo Projeto Político Pedagógico atual que a preocupação com a prática de ensino não exclui a responsabilidade de ser incorporada às disciplinas do eixo de formação específica que versam sobre o conhecimento de cunho sociológico, antropológico e político, tais professores entendem que essa preocupação é restrita ao Departamento de Educação. Nesse sentido, podemos concordar com DIAS, LOPES (2009) que:

“a incorporação de diferentes discursos nos documentos curriculares é resultado de um complexo processo de negociação, pelos diferentes sujeitos e grupos sociais, de sentidos em torno das políticas. Essa complexa produção acaba por transformar esses textos em ambivalentes, marcados por proposições com variados sentidos, por vezes aparentemente contraditórios, resultando em documentos curriculares híbridos, garantindo desse modo uma possível legitimidade do texto diante de uma comunidade reconhecida. Essa ambivalência expressa também a disputa que ocorre no campo acadêmico ou mesmo nas entidades associativas que se dedicam às discussões em torno da formação de professores”

Dessa forma, pode-se pensar que mesmo com as reformas curriculares implementadas ao longo dos anos pode haver lacunas no que diz respeito a formação do licenciado em Ciências Sociais em Alagoas. Isso já havia sido apontado por GAUDENCIO, SOUZA, NUNES (2017) em relação às propostas de formação docente que de fato ensina ao egresso o exercício de conversão de conteúdos acadêmicos a conteúdos didáticos para a compreensão dos alunos do ensino médio.

Apesar de as propostas mencionadas estarem definidas legalmente, existe uma distância que separa os objetivos apresentados de sua efetiva materialização. O que consta na experiência, principalmente se tivermos como referência os primeiros anos de implementação do Projeto Pedagógico de 2006, é a verificação de um tímido esforço em prol do atendimento dos propósitos do referido Projeto Pedagógico do curso, especialmente em se tratando de vinculação teórico-prática, o que acaba impactando diretamente na formação do graduando e, ainda, na educação básica, na qual o licenciado atuará como professor.

O cenário sofreu alterações ao longo do tempo mas ainda esbarra em problemas desafiadores. Durante o período de 2006 a 2014 havia apenas um professor de estágio supervisionado para todo o curso. A partir de 2015 mais um professor foi disponibilizado. Em 2011 houve a inserção do curso de Licenciatura no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Ainda tomando as palavras de GAUDENCIO, SOUZA, NUNES (2017) embora tais implementações de melhorias estejam em curso, o cenário ainda não apresenta como promissor, haja vista que muitas dicotomias instituídas entre os cursos de licenciatura e bacharelado estão longe de serem resolvidas. Ainda em 2020, essas dicotomias existem, pois, a ação dos docentes ainda estão pautadas por uma lógica bacharelesca onde um discurso voltado para essa lógica se perpetua apesar dos documentos norteadores apontarem para um outro caminho.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. J. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista portuguesa de Educação. Vol. 15 n. 02 p. 3-23, 2002.

BRASIL. Parecer CNE/CES Nº 492/ 2001, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos curso de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

BODART, Cristiano das Neves. **Prática de Ensino de Sociologia: As Dificuldades dos professores Alagoanos**. Mediações Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23 nº 2 p. 455-491, Maio/Ago 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução **CNE/CP N. 492, de 03 de abril de 2001**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução **CNE/CP N. 17, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

_____. **Lei n. 11684 de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

BRUNETTA, Antonio Alberto (org) et. al. **Dicionário de Sociologia**. 1ª ed. Maceió; Al: Editora Café com Sociologia.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil 1996. 3ª Edição.

FREITAS, Leandro Klineyder Gomes de. **Currículo e Formação Docente no Curso de Ciências Sociais/UFPA: configurações, continuidades e rupturas (1963-2011)**. Tese de Doutorado, Belém/PA 2013.

GAUDENCIO, Júlio Cezar, SOUZA, Jordânia de Araújo. NUNES, Noélia. **Formação de Professores no Instituto de Ciências Sociais (ICS/UFAL): Considerações a Partir do Curso de Licenciatura Presencial** in História e Memória das Ciências Sociais em Alagoas/[organizado por] Luciana Santana, Bruno César Cavalcanti. Ruth Vasconcelos – Maceió: EDUFAL, 2017.

SOUZA, Jordânia de A; MARINHO, Noélia N.; GAUDENCIO, Júlio Cezar. **Ensino e docência: desafios para a formação e atuação de professores de Sociologia/Ciências Sociais**. Revista Política e Sociedade, Florianópolis/SC, Vol. 14, nº 31, 2015, p. 63-86.

LOPES, Alice C., MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas Políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52,jul/Dez 2006.

LOPES, Alice C., BORGES, Veronica. **Currículo, Conhecimento e Interpretação**. Currículo sem Fronteiras, v.17, n3, p.555-573, set./dez. 2017

MACEDO, Elizabeth. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**, Revista Brasileira de educação. V.11 n. 32 maio/ago. 2006.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Marcia dos Santos; TELLO, César. **Análise de Políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos** in Políticas educacionais: questões e dilemas/ Stephen J. Ball, Jefferson Mainardes (organizadores) São Paulo: Cortez.2011

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: atlas, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino Superior Brasileiro - transformações e perspectivas.** Editora brasiliense, 1989.

MELO, Elda Silva do Nascimento do. OLIVEIRA, Karla Michele de. **Formação de professores em Ciências Sociais; identidades e representações.** Revista Inter-Legere, v.1 n.13, p. 202-218, 5 set. 2013.

MICELI, Sergio. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil** – Volume 1-São Paulo, Vértice. Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

MORAES, Amaury Cesar, Curso de Ciências Sociais: Currículo, mercado e formação docente. Perspectiva, Florianópolis. V.35n 1 p17-32 jan/mar 2017.

MORAES, Amaury César. O ensino de Sociologia: mediação entre o que se aprende na universidade e o que se ensina na escola. Teoria e Cultura, 2017: 21-23

MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo, v. 15, nº 1, abr. 2003, p. 5-20. n. 2, ago. /dez. 2015, p. 187-203.

OLIVEIRA, Ana de. LOPES, Alice Casimiro. **A abordagem do ciclo de políticas: Uma leitura pela teoria do discurso.** Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel/Pelotas [38]:19-41, Janeiro/Abril 2011.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. **As Ciências Sociais em Alagoas: Notas sobre as graduações presenciais** in História e Memória das Ciências sociais em Alagoas/[organizado por Luciana Santana, Bruno César Cavalcanti, Ruth Vasconcelos; autores Alice Anabuki Plancherel ...[et al] –Maceió: EDUFAL, 2017. P.141-153.

OLIVEIRA, Marcia Betânia. **Pós-Estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo.** Revista Brasileira de Educação V. 23, 2018

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa das G.C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PLANCHEREL, Alice Anabuki, (org). **Memória e Ciências Sociais** -Maceió: EDUFAL, 2005.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **O Plano de ações articuladas (PAR) em municípios do Nordeste: pretextos, proposições e o contexto da prática pedagógica e currículo**. Espaço do Currículo, V. 6, n.2 p 292-306, maio a agosto de 2013.

SILVA. Cinthia Lopes da; SILVA. Rogério de Souza. **A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: Percalços e conquistas**. Impulso, Piracicaba 22(54), 97 -106, maio-ago.2012.

UFAL. Resolução Nº 32/2005-CEPE, de 14 de dezembro de 2005. Define os componentes curriculares comuns para os cursos de formação de professores da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

UFAL. Resolução Nº 59/2014-CONSUNI, de 06 de outubro de 2014. Atualiza os componentes curriculares comuns aos cursos de graduação de formação de professores para a educação básica, no âmbito da UFAL. Maceió, 2014.

UFAL. Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais Licenciatura. Maceió, 2006.

UFAL. Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais licenciatura. Maceió, 2013.

UFAL. Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais licenciatura. Maceió, 2018a. UFAL.

Resolução 04/2018-CONSUNI, de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL. Maceió, 2018b.

UCZAK, Lucia Hugo. BERNARDI, Liane Maria. ROSSI, José Alexandre. **O governo Temer e a asfixia dos processos de democratização da educação**. Educação -UFES, v. 45, 2020.

Jan/Dez.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **História do Ensino Superior em Alagoas – Verso & reverso.**
Edufal, s/d.

APÊNDICES

Roteiro de Entrevistas

- Identificação:
 1. Sexo: F () M ()
 2. Nome:
 - 3 Idade:
 4. Formação inicial : _____
() bacharelado () licenciatura

- Formação Profissional
 1. Como se deu sua formação profissional
 2. Como era o currículo do curso?
 3. Que perfil profissional o curso buscou formar?
 4. Na sua avaliação, o curso o qualificou para atuar como docente ou pesquisador?
 5. Desde quando é professor? Conte-me um pouco como ocorreu isso.
 6. O senhor(a) gosta mais de pesquisar ou ensinar?

- Atuação profissional
 1. O senhor(a) poderia falar um pouco sobre o histórico do curso de Ciências Sociais da UFAL, enfatizando sua criação e mudanças curriculares?
 2. Quais disciplinas você costuma ministrar?
 3. Você participou de mudanças curriculares do curso de Ciências Sociais da Ufal? Quais?
 4. Com as mudanças curriculares ocorridas no curso a incorporação das disciplina de Sociologia no ensino médio, houve mudança na sua forma de ministrar aulas?
 5. Tem alguma especificidade ser professor da Licenciatura em Ciências Sociais?
 6. Quais são suas principais referências para ministrar aulas na Licenciatura?
 7. O senhor tem conhecimento dos livros didáticos de Sociologia do PNLD?
 8. O senhor (a) conhece a legislação relacionada ao ensino básico?
 9. Conhece o currículo de voltado para a educação básica de Alagoas?
 10. Há elementos que compõem a identidade profissional do professor das licenciaturas em Ciências Sociais?
 11. Há temas e problemas relativos ao ensino e a docência que chamam sua atenção? Quais
 12. Com o que você se identifica: professor? Sociólogo?
 13. Você participa de algum grupo de trabalho ou grupo de pesquisa voltado para o ensino de Sociologia na educação básica?
 14. Vc percebe se existe no curso uma hierarquia entre bacharelado e licenciatura?
 15. Quais congressos, seminários ou reuniões costuma frequentar na área de Sociologia?
 16. Como professor, como avalia o curso Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL hoje?

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

**MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL – Profsocio
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos V.Sa a participar desta pesquisa intitulada **CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE DA LICENCIATURA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFAL (2006-2018)**, cujos objetivos é discutir como é feita a formação docente no curso de Ciências Sociais; refletir sobre as principais orientações que foram dadas pelas propostas curriculares para a formação do licenciado e verificar como estão estruturados os currículos do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFAL.

Para participar é necessário que o senhor (a) leia este documento com atenção. Ressalto que sua decisão de participar deste estudo é voluntária e o senhor (a) não será pago por sua participação, assim como ela não terá nenhum custo. Assim sendo, caso decida participar, deverá assinar este termo de consentimento. Contudo, poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

A pesquisadora responsável irá coletar informações fornecidas pelo(a) senhor(a) através de questionário enviado para o e-mail. Os dados obtidos a partir do questionário serão catalogados e divulgados considerando-se o anonimato dos sujeitos seja no trabalho, seja em publicações e apresentações científicas. Caso seja necessário uma identificação usaremos nomes fictícios. Sua participação não envolverá desconforto ou riscos. Estarão garantidas todas as informações que o(a) senhor desejar, antes, durante e depois da pesquisa. Qualquer dúvida em relação a pesquisa poderá entrar em contato com a responsável.

Monike Bayma Marques

Endereço residencial: Avenida Doutor Milton Hênio de Netto Gouveia 288- Condomínio Paraíso das águas Bloco 1 Apto. 105 Antares CEP 57048-719 telefone 82-98723-7930/e-mail: monikebayma@yahoo.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, declaro que li as informações acima sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma, assim como de seus riscos e benefícios. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de dados.

Maceió, Al ____/____/____

Assinatura do participante

ANEXOS

Anexo 1 - DOCENTES EFETIVOS INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA-2006

		Titulação	Área de conhecimento
01	Alice AnababukiPlancherel	Doutora	Sociologia e Política
02	Arim Soares do Bem	Doutor	Sociologia e Política
03	Belmira Rita da Costa Magalhães	Doutora	Sociologia e Política
04	Bruno César Cavalcante	Mestre	Antropologia
05	Cibele Maria Lima Rodrigues	Mestre	Sociologia e Política
06	Clarisse Novais da Mota	Doutora	Antropologia
07	Evelina Antunes Fernandes de Oliveira	Mestre	Sociologia e Política
08	José Alberto Saldanha de Oliveira	Doutor	Sociologia e Política
09	Maria do Carmo Vieira	Doutora	Sociologia e Política
10	Paulo Décio Arruda de Melo	Doutor	Sociologia e Política
11	Rachel Rocha de Almeida	Mestre	Antropologia
12	Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira	Doutora	Sociologia e Política
13	Scott Joseph Allen	Doutor	Antropologia
14	Sílvia Aguiar Carneiro Martins	Doutora	Antropologia
15	Sônia Maria Cândido da Silva	Doutora	Sociologia e Política
16	Tânia Nobre Medeiros	Especialista	Sociologia e Política
17	Teodoro Cordeiro Amaral	Especialista	Sociologia e Política

Anexo 2- **DOCENTES EFETIVOS INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA- 2013**

		Titulação	Área de conhecimento
01	Alice AnabukiPlancherel	Doutora	Sociologia
02	Amaro Xavier Braga Junior	Doutor	Sociologia
03	Arim Soares do Bem	Doutor	Sociologia
04	Belmira Rita da Costa Magalhaes	Doutora	Sociologia
05	Bruno César Cavalcanti	Mestre	Antropologia
06	Cláudia Mura	Doutora	Antropologia
07	Elder Patrick Maia Alves	Pós-Doutorado	Sociologia
08	Emerson Oliveira do Nascimento	Doutor	Ciência Política
09	Evaldo Mendes da Silva	Doutor	Antropologia
10	Evelina Antunes Fernades de Oliveira	Mestre	Ciência Política
11	Fernanda Rechenberg	Doutora	Antropologia
12	Fernando de Jesus Rodrigues	Doutor	Sociologia
13	Gabriel Augusto Miranda Setti	Doutor	Ciências Sociais
14	João Batista de Menezes Bittencourt	Doutor	Ciências Sociais
15	João Vicente Costa Lima	Doutor	Sociologia
16	Júlio Cezar Gaudêncio da Silva	Doutor	Ciência Política
17	Luciana da C. Farias Santana	Doutora	Ciência Política
18	Nádia Elisa Meinerz	Doutora	Antropologia
19	Rachel Rocha de Almeida Barros	Doutora	Antropologia
20	Ranulfo Paranhos dos Santos Filho	Doutor	Ciência Política
21	Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira	Doutora	Sociologia
22	Siloé Amorim	Doutor	Antropologia
23	Sílvia Aguiar Carneiro Martins	Doutora	Antropologia
24	Tânia Nobre Medeiros	Especialista	Sociologia
25	Wagner Neves Diniz Chaves	Doutorado	Antropologia
26	Wendell Ficher	Doutorado	Planejamento Urbano

Anexo 3 - **DOCENTES EFETIVOS INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA- 2018**

	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	PÓS-DOCTORADO
Alice Anabuki Plancherel	Bach. Ciências Sociais PUC-SP	Sociologia USP	Sociologia USP	Sociologia USP
Amaro Xavier Braga	Lic. Bach. Ciências Sociais UFPE	Sociologia UFPE	Sociologia UFPE	
Arim Soares do Bem		Ciência da Comunicação USP (1983-1988)	Sociologia FUB, Alemanha 1989-1997	Ciências Humanas UFRJ 2012-2014
Buno César Cavalcanti	Bach. Lic. Ciências Sociais UFPE 1980-1983	Antropologia UFPE 1994 -1997	Antropologia EHESS, França (em andamento)	
Cláudia Mura	Letras Modernas URS – Itália 1992-2002	Antropologia Social UFRJ 2005-2007	Antropologia Social UFRJ 2007-2012	
Débora Allebrant	Ciências Sociais UFRGS 2000-2005	Antropologia Social UFRGS 2006-2008	Antropologia UDEM -Canadá 2008-2013	Ciências Humanas UFRGS /2013-2015
Elder Patrick Maia Alves	Ciências Sociais UFBA /19992003	Sociologia UNB/2003 2004	Sociologia UNB /2005-2009	Ciências Humanas UERJ /2012-2013
Emerson Oliveira do Nascimento	Lic. História UPE /2000-2003	Ciência Política UFPE/2005-2007	Ciência Política UFPE/2008-2011	Ciências Humanas UFRJ
Evaldo Mendes da Silva	Geografia UEM/1985-1990	Antropologia Social UNICAMP/1990-1996	Antropologia Social UFRJ 2001/2007	Ciências Humanas UBC- Canadá 2017-2018
Evelina Antunes Fernandes de Oliveira	Ciências Sociais UFMG/1976-1980	Ciência Política UFPE/1991-1993		
Fernando de Jesus Rodrigues	Direito UFBA/1998-2003	Sociologia UNB/1998-2003	Sociologia UNB/2006-2011	LSE, Grã-Bretanha 2018-2019
Fernanda Rechemberg	Jornalismo UFRGS/1998-2004	Antropologia Social UFRGS /2005-2007	Antropologia Social UFRGS / 2008-2019	

Gabriel Augusto Miranda Setti	Bach. Filosofia UFU/1999-2003	Lic. Ciência Política UNB/2004-2007	Ciências Sociais UNB/2007-2011	Ciências Humanas UFU
-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------	----------------------

João Batista de Menezes Bittencourt	Ciências Sociais UFC /2001-2004	Ciências Sociais UFRGN/2005-2007	Ciências Sociais UNICMP/2007-2011	
João Vicente Barros da Costa Lima	Sociologia UNB/1988-1992	Sociologia UNB/1993-1995	Sociologia UFC/1997-2002	Ciências Humanas UERJ/2013-2013
Jordânia de Araújo Souza	Bach. Antropologia UFCG/2002-2008 Lic. Sociologia FPSJ/2014-2015	Ciências Sociais UFCG/2009-2011	Antropologia UFPE/2013-2018	
José Alexandre da Silva Júnior	Ciências Sociais UFPE/2001-2005	Ciência Política UFPE/2006-2008	Ciência Política UFPE/2009-2013	
Júlio cesar Gaudêncio da Silva	Bach. Ciências Sociais FCG/2000-2005 Lic. Sociologia 2014-2015	Ciência Política UFPE/2005-2007	Ciência Política UFPE/2008-2012	
Luciana Santana da Conceição Farias	História UNIBH 1998/2002	Ciência Política UFMG/2003-2006	Ciência Política UFMG/2009-2014	
Marina Félix de Melo	Ciências Sociais UFPE/2002-2006	Sociologia UFPE/2007-2009	Sociologia UFPE/2009-2013	
Nádia Elisa Meinerz	Ciências Sociais UFSM/ 1999-2003	Antropologia Social UFRGS/ 2003-2005	Antropologia Social 2007/2011	
Paolo Totaro	Sociologia UNINA, Itália 1977-1981	Ciências Sociais UNISINOS 2004-2006	Sociologia UNISINOS 2007-2010	Sociologia UNISALENTO/Itália 2017-2018
Rachel Rocha de Almeida Barros	Comunicação Social – UFAL 1983-1986	Antropologia UFPE 1990-1994	Antropologia EHSS, França 1999-2007	Ciências Humanas UNAM, México 2019-2020

Ranulfo Paranhos dos Santos Filho	Ciências Sociais UFAL 199-2002	Ciência Política UFPE 2007-2009	Ciência Política UFPE 2010-2014	
Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira	Bacharelado Ciências Sociais UFPB 1983-1987	Ciência Política UFPE 1989-1991	Sociologia UFPE 1998-2002	Ciências Humanas UNICAP 2017
Siloé Soares Amorim	Antropologia Social ENAH – México 1982-1993	Multimeios UNICAMP 2000-2003	Antropologia Social- UFRGS 2006-2010	
Sílvia Aguiar Carneiro Martins	Ciências Sociais UFPE 1980-194	Antropologia UFPE 1990-1994	Antropologia UOFM- CANADÁ	
Welkson Pires da Silva	Comunicação Social UEPB 2001-2004			
Wendell Ficher Teixeira Assis	Ciências Sociais	Sociologia	Planejamento Urbano	

